

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARROIOS,  
REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZASSEIS ---

----- **ATA NÚMERO TREZE** -----

----- (Mandato 2013-2017) -----

----- Aos vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e dezasseis, reuniu, no Auditório D. Maria I, na Academia Militar, sita na Rua Gomes Freire, a Assembleia de Freguesia de Arroios, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Anabela Martins Ferreira da Silva Valente Pires, coadjuvada pelo Primeiro Secretário, Vítor Manuel da Cruz Carvalho, e pela Segunda Secretária, Joana Linda Domingos de Castro Correia, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- Ponto 1 – Intervenção do público; -----

----- Ponto 2 – Período de Antes da Ordem do Dia; -----

----- Ponto 3 – Leitura, discussão e votação da ata nº 12 da sessão anterior; -----

----- Ponto 4 - Apreciação da Informação Escrita da Presidente da Junta de Freguesia de Arroios acerca da atividade da Junta, nos termos do disposto da alínea e) do nº2 do art.º 9º, da Lei nº 75/2013; -----

----- Ponto 5 – Análise, discussão e ratificação da Tabela de Taxas do Projeto do Campo de Férias; -----

----- Ponto 6 – Apreciação e Votação da 2ª Revisão Orçamental 2016; -----

----- Ponto 7 – Apreciação e Votação da 2ª Revisão do Plano Plurianual de Investimentos; -----

----- Ponto 8 – Análise, discussão e ratificação do Contrato de Delegação de Competências; -----

----- Ponto 9 – Análise, discussão e ratificação dos Protocolos de Cooperação, com as seguintes entidades: -----

----- a. Centro Social e Paroquial de São Jorge de Arroios (Repúblicas para pessoas em situação de sem abrigo); -----

----- b. Associação Arquivos dos Diários (AADD); -----

----- c. Movimento Português de Intervenção Artística e Educação pela Arte; -----

----- d. Associação dos Comerciantes de Lisboa. -----

----- Ponto 10 – Aceitação de Doações à Junta pelas seguintes entidades: -----

----- a. Consultores Comunicação, Lda.; -----

----- b. Gabinete de Lisboa “Encruzilhada do Mundo”, Câmara Municipal de Lisboa; ---

----- Ponto 11 – Nomeação de auditor externo responsável pela certificação legal de contas nos termos do art.º 77 da Lei 73/2013; -----

----- Ponto 12 – Análise, discussão e votação da alteração ao regulamento do Orçamento Participativo. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Socialista (PS):** – Pedro Manuel Dias Louro, Joana D’Arc Fernandes Maniçoba Chouriço, Ana Luísa Cerveira de Mira Feio, Ana Gabriela Naré Morais Freire, António José Serzedelo da Silva Marques e Joaquim Maria Prada. -----

----- **Do Partido Social-Democrata (PSD):** – João Mário Amaral Mourato Grave, Nuno Miguel Valentim de Sousa Vitoriano, Damião Martins de Castro, Maria Manuel de Figueiredo Barroso Baía Afonso e Luís Filipe da Costa Vieira da Silva. -----

----- **Do Partido Comunista Português (PCP):** – Maria Fernanda Pereira Gonçalves de Lacerda e Ana Luísa Martins Pereira Mirra. -----

----- **Do Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP):** - Ana Paula Mendes Dias de Oliveira Ferreira de Almeida. -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE)** – Beatriz Gebalina Pereira Gomes Dias. -----

----- **Do Pessoas-Animais-Natureza (PAN)** – Ana Cristina Pocinho Coutinho Antunes.

----- Faltaram à sessão os seguintes Membros: -----

----- Maria Alexandra Rebelo Amaro Neuparth, que justificou a sua ausência e foi substituída por António José Serzedelo Marques;-----

----- Joaquim Ramos Costa, que justificou a sua ausência e foi substituído por Joaquim Maria Prada; -----

----- Maria João Castanheira Afonso, que justificou a sua ausência e foi substituída por Luís Filipe Vieira da Silva; -----

----- Júlio Prata da Purificação Sequeira, que justificou a sua ausência e foi substituído por Ana Paula Mendes Dias de Almeida. -----

----- Às vinte horas e quinze minutos, constatada a existência de *quórum*, **A Senhora Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião. -----

----- Agradeceu à Academia Militar, na pessoa do General Vieira Borges, o acolhimento para a realização da Assembleia. -----

----- **Ponto 1 – Intervenção do Público:** -----

----- **Freguês Frederico Guerreiro** fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Muito boa noite a todos os presentes. Boa noite a todos os fregueses da Freguesia de Arroios que nos acompanham em direto através da Arroios TV. -----*

----- *Boa noite Senhor General Borges. Da minha parte, como residente desta Freguesia, quero-lhe agradecer toda a cortesia de nos ter aberto as portas da sua casa e estamos a ser todos muito bem acolhidos por Sua Excelência. Mais uma vez obrigado e também a todos os elementos militares desta Academia, também os meus agradecimentos pela forma como todos estamos a ser recebidos. -----*

----- *Eu, Frederico Guerreiro, como residente desta Freguesia há muitos anos, venho aqui apresentar um projeto para as comemorações oficiais dos próximos 24 e 25 de Abril do ano de 2017.-----*

----- *Para quem não tem essa informação, a Freguesia em que estamos nunca ao longo dos seus anos teve comemorações oficiais. É uma lacuna da nossa Freguesia que estou confiante qua após o grande abraço da parte da Senhora Presidente desta Assembleia de Freguesia, Senhora Anabela Valente, e a Senhora Presidente do Executivo, Senhora Margarida Martins, que também abraçou este projeto nas últimas horas em reunião oficial no seu gabinete da Presidência, no Largo do Intendente Pina Manique, eu acredito que para o ano vai ser um grande acontecimento cultural não só para a nossa Freguesia de Arroios, como para toda a Cidade de Lisboa. -----*

----- *Não é possível em dez minutos apresentar o projeto todo. Eu vou ser o mais breve possível, porque o público tem unicamente dez minutos para a sua intervenção e eu quero cumprir com rigor o Regimento desta Assembleia de Freguesia.-----*

----- *Quero informar todos os presentes nesta sala que este projeto não nasce de nenhuma elite, não nasce de nenhum partido político, não nasce de nenhuma associação, não nasce de nenhum grupo de interesse, nasce sim da parte de alguns fregueses que dormem nesta Freguesia, o caso concreto do Senhor Arquiteto João Veríssimo que também dorme, como muitos dormem cá. Não está presente, possivelmente aconteceu-lhe algum imprevisto, mas ele próprio numa outra oportunidade, se até mais vinte minutos aproximadamente não estiver fisicamente aqui, o próprio irá ter oportunidade de numa próxima Assembleia de Freguesia ter a sua intervenção em relação a este projeto. -----*

----- *Há muitas pessoas que ao fim de 42 anos de terem acontecido as operações militares do 25 de Abril não têm ainda conhecimento que foi a poucos metros destas instalações militares em que todos estamos, reunidos nesta noite de 27 de junho de 2016, que saiu às primeiras horas da manhã uma coluna militar da Guarda Nacional*

*Republicana, Largo do Cabeço de Bola, que fica precisamente aqui a cerca de cem metros do Paço da Rainha, com o objetivo militar e do próprio regime fascista de Marcelo Caetano e de Américo Tomás, de travar o avanço das forças militares de Salgueiro Maia, sem ter resultado porque Salgueiro Maia e os seus militares avançaram desde a Praça do Terreiro do Paço até ao Largo do Carmo para depor o governo da ditadura que tanto mal fez a Portugal durante 48 anos.-----*

*----- A história não deve ser apagada por nenhum interesse, seja ele de que ordem for. Eu estou aqui precisamente para dar conhecimento público que se encontra nas instalações da Junta de Freguesia de Arroios a primeira ata da reunião que eu tive com o Senhor Arquiteto João Veríssimo nas instalações da nossa Junta da Pena, Rua do Saco. Esta primeira ata está disponível a todas as bancadas com assento partidário nesta Assembleia e também está disponível a toda a população que tenha interesse de a consultar. Eu tenho aqui um dos originais em minha mão, que me foi facultado pelas mãos do Senhor Arquiteto João Veríssimo. -----*

*----- É uma programação festiva muito vasta que irá ter palco principal no Paço da Rainha, pelos factos históricos que aconteceram há 42 anos e não só, pela sua envolvente arquitetónica histórica e pela sua envolvente verde. O Paço da Rainha é um espaço público fabuloso que nunca recebeu nenhum acontecimento cultural e este projeto irá lançar não só o primeiro grande acontecimento cultural a nível deste espaço público, como eu estou convencido que para os próximos anos irá também ser palco de outros acontecimentos culturais. -----*

*----- É urgente devolver o espaço público do Paço da Rainha a toda a população, não só da Freguesia de Arroios, como a toda a população da Cidade de Lisboa, onde as famílias possam vir sem ter aquele receio de serem atropeladas, com várias atividades para a infância, para a juventude e para todas as famílias.-----*

*----- Estes vários acontecimentos culturais irão ser totalmente gratuitos, não irão ter custos. Irão ter vários patrocínios, em que a Câmara Municipal também irá dar o seu contributo dentro daquilo que é possível e a EGEAC, que é a empresa municipal para acontecimentos culturais, também irá dar o seu valioso contributo para que o caderno de encargos da Junta de Freguesia fique reduzido a uma determinada verba, muito reduzida mesmo. -----*

*----- Estamos abertos a receber mais patrocínios e mais pessoas que queiram trabalhar, não com custos, não serem pagas, mas sim a trabalharem pela camisola da liberdade.*

*----- Eu vou terminar a minha intervenção agradecendo a Salgueiro Maia e a todos os seus militares anónimos a coragem que tiveram de terem feito o 25 de Abril. Espero que este sonho da escultura em homenagem ao mesmo Salgueiro Maia e a todos os seus militares anónimos no portão das antigas instalações da GNR se torne uma realidade em 2017. -----*

*----- Continuação de bons trabalhos para esta Assembleia e obrigado também por me terem ouvido.”-----*

*----- **Freguês Vitor Manuel Rodrigues** fez a seguinte intervenção: -----*

*----- “Hoje venho falar aqui de três pontos que penso que será importante nós termos em conta. -----*

*----- Com a reorganização e o acordo entre o PS, o PSD e o CDS da reorganização das Freguesias é evidente que as Juntas de Freguesia ficaram com muito mais áreas de atuação. Neste sentido, vou ser sucinto, queria destacar que houve um freguês da nossa Freguesia que pretendeu colocar um toldo para pôr à frente do seu estabelecimento e a burocracia da nossa Junta de Freguesia foi tal que esse comerciante foi três vezes à Junta para falar com três trabalhadores diferentes em dias diferentes. -----*

----- A minha proposta vai no sentido de que é evidente que com mais áreas de atuação, mais responsabilidade, era necessário talvez um pouco mais de formação para que as pessoas se integrem e se inteirem das atuais responsabilidades das Juntas de Freguesia, para obviar evidentemente a estas maçadas do comerciante que foi três vezes atendido por três pessoas diferentes, para a colocação de um toldo. Este é o primeiro assunto.--

----- O segundo que me traz aqui é um assunto que já veio por várias vezes a esta Assembleia e é de facto o lixo. Não há dúvida que a nossa Freguesia tem um conjunto de nacionalidades que talvez por isso, por não estarem habituadas a terem ecopontos, por não estarem habituados se calhar a ter este tipo de disciplina, a nossa Freguesia tem muito mais lixo. Era de facto haver mais esta preocupação da parte da Junta. -----

----- Não sei se há necessidade de haver mais ecopontos, o que é certo é que junto dos ecopontos é uma acumulação enorme de lixo, que fazem dos ecopontos a concentração do lixo e é extremamente desagradável, não é salutar para a saúde pública e nós, Lisboa, e então a nossa Freguesia que é atravessada pelo 28, por dezenas ou por milhares de turistas, seria bom que de facto fizéssemos uma revisão deste problema. --

----- De facto produzimos mais lixo, temos uma capacidade de produzir mais lixo, mas temos menos capacidade na sua recolha. Isto é a sociedade de consumo, a sociedade também do desperdício, é tudo isto que faz com que de facto a nossa Freguesia necessite de maior limpeza e chamava a atenção para isso. -----

----- O terceiro ponto e último tem a ver com o estado do pavimento da nossa Freguesia. Como sabemos, a nossa Freguesia está hoje cheia de buracos no pavimento. Refiro-me nomeadamente a dois casos concretos que conheço, um na Rua Maria junto ao número 59, onde costumo dizer quando passo lá que o buraco só será reparado quando lá cair um automóvel, quando lá cair alguém. -----

----- É uma saliência bastante grande, houve já da minha parte envio de mails para a Câmara Municipal. O buraco estava referenciado, portanto é uma situação que se arrasta pelo menos há mais de um mês/um mês e meio e a situação não é resolvida. ---

----- Há outra situação, que é a situação na Rua Damasceno Monteiro. Como nós sabemos, os técnicos e os peritos que dividiram as Freguesias em Lisboa, a Rua Damasceno Monteiro, metade pertence à nossa Freguesia e a outra metade pertence, salvo erro, à Freguesia da Graça... de São Vicente. O que acontece é que na parte que toca à Freguesia de Arroios existem nos passeios buracos cuja causa é a falta de pedras da calçada e isto de facto é grave para a saúde da população, porque houve já pessoas que eu conheço que me pediram para fazer exatamente esta recomendação, que poderiam ter provocado ali um problema muito aborrecido, partir uma perna ou uma coisa qualquer. -----

----- Portanto, eu deixo estas três recomendações e pronto, por hoje é tudo, continuação de bons trabalhos. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** esclareceu que a proposta apresentada pelo freguês Frederico Guerreiro sobre o 25 de Abril estava a ser analisada pelo Executivo. A Junta de Freguesia não podia decidir em nome da Câmara Municipal ou da EGEAC, para qualquer situação tinha que fazer perguntas e conciliar com todas as entidades. Por isso ouviram o Senhor Frederico, ouviram as suas propostas e iriam nas reuniões conjuntas ver o que estava previsto para o 25 de Abril em geral, até porque Lisboa era um todo, não era só a Junta de Freguesia de Arroios. -----

----- Agradava fazer algumas homenagens e fazer alguma coisa em relação ao 25 de Abril, mas como Presidente de Junta de Freguesia não podia decidir nem dar ordens à Câmara Municipal ou à EGEAC, ou a qualquer outra entidade. Tinham sempre que sensibilizar, falar, perguntar o que seria feito na vertente da Câmara e da EGEAC nessas datas. -----

----- A Freguesia fazia sempre parte da Corrida do 25 de Abril, em que apoiava, e fazia parte de outras ações. O 25 de Abril era para todos, não era só importante para Arroios e, portanto, havia algumas situações que o Executivo iria avaliar. Aceitava todas as propostas mas tinha que as avaliar.-----

----- Em relação ao toldo não poderia falar, mas normalmente havia uma equipa de licenciamento e podia dizer que achava estranho quando a Junta tinha ajudado todos os comerciantes até na reorganização das suas esplanadas, com uma equipa disponível para essa situação. Não tinha o projeto, não sabia quem era o comerciante, mas as pessoas podiam sempre fazer uma reclamação ou um pedido de informação por escrito na Junta. Era mais fácil do que estarem a falar no abstrato, que não era funcional para ninguém. O importante era saberem mesmo a morada do sítio.-----

----- Sobre o lixo, achava estranho que o Senhor Vitor Rodrigues não tivesse consciência que o lixo não era uma competência da Junta de Freguesia. Era uma competência da Câmara Municipal de Lisboa, da Higiene Urbana.-----

----- Não era por serem estrangeiros, Arroios era uma comunidade com 79 nacionalidades e não seriam os estrangeiros a colocar mais lixo na rua. Tinha passado no Paço da Rainha por volta das 13h15m e quem estava pôr lixo eram portugueses. Chamara à atenção do senhor, fingiram que iam meter no carro e ao virar costas estavam a pôr o mesmo lixo no ecoponto.-----

----- Era preciso ter algum cuidado para não provocar uma onda de racismo, que não era simpática em relação aos estrangeiros. Tinha que se chamar à atenção das situações para toda a gente.-----

----- Passava na Passos Manuel e noutras zonas da Freguesia e por vezes só não levava com um saco por acaso, porque as pessoas atiravam lixo para junto das árvores. Infelizmente havia pouco respeito pelo espaço público. Tinha andado na rua nesse dia a fotografar vários pontos, um deles na Rua de Angola, mandara para a Câmara uma mensagem às oito e meia e às dez da manhã tinha tudo recolhido. Um ponto da Freguesia tinha seis colchões à volta. Quando se enviava uma situação a própria Câmara ia recolher de imediato e, apesar de não ser da competência da Junta, as carrinhas andavam duas vezes por dia a fazer recolha de lixo, porque sentiam-se mal ao ver tanto lixo na rua ao fim-de-semana.-----

----- Uns dias antes o Membro Vítor Carvalho tinha-lhe enviado uma fotografia do Largo de Santa Bárbara, com as garrafas todas espalhadas no meio da rua, de tal forma que ficara preocupada que as pessoas se cortassem. Uma hora depois a Câmara mandara o serviço de urgência para fazer a recolha dessas garrafas espalhadas por algum vândalo que entendera destruir o vidrão.-----

----- Por mais que se formasse e por mais que se assumisse, como Presidente de Junta ou qualquer técnico da Junta não podia fazer mais do que chamar à atenção, mas também os cidadãos podiam chamar à atenção para essas situações.-----

----- Sobre o pavimento, também tinha conhecimento e mandara para a direção. Simplesmente, era um problema mais grave do que um pequeno buraco, era um problema grave numa conduta de água que rebentara. Por vezes não era chegar e pavimentar e nesse caso não era só pôr alcatrão. Enviava e-mails para a Câmara quase de dois em dois dias e a resposta era que tinham um problema noutra zona e estavam à espera da equipa.-----

----- Quanto à Rua Damasceno Monteiro e os passeios, quem fazia a higiene urbana nessa rua era a Junta de Freguesia de Arroios e não a Junta de São Vicente. Apesar de ser partilhada, era uma situação diferente, não ia limpar o lado direito e não limpar o lado esquerdo. Combinara-se com todas as Juntas em que se dividiam ruas organizar essas situações.-----

----- Em relação aos passeios, mesmo na Assembleia de Freguesia havia pessoas que deixavam o alerta e a equipa da Junta de Freguesia tinha sido muito proativa nesse sentido. Até costumava pedir à equipa para ver o número da porta, porque a Damasceno Monteiro era muito grande. Nesse caso só tinha o lado direito, porque o lado esquerdo era Junta de Freguesia de São Vicente. -----

----- **Ponto 2 – Período de Antes da Ordem do Dia;** -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** pediu ao Senhor General Vieira Borges que proferisse umas palavras, agradecendo-lhe novamente a cedência do auditório. -----

----- **Senhor General Vieira Borges** fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia de Arroios, Senhora Presidente do Executivo, caros cidadãos, minhas senhoras e meus senhores. -----*

----- *As minhas palavras sinceras e sentidas de boas vindas a todos. -----*

----- *Para o Comandante da Academia Militar é um prazer receber nestas instalações, este é o auditório Dona Maria I, a Assembleia de Freguesia de Arroios. Este ato constitui na prática a materialização de uma parceria objetiva entre a Academia Militar e a sua Junta de Freguesia, entre a instituição militar e os seus cidadãos de uma das Freguesias mais antigas de Lisboa. -----*

----- *A Margarida Martins, permitam-me destacar, todos nós sabemos, é uma lutadora e como estamos numa casa de formação de combatentes temos certamente muito em comum, mas serão certamente muitos frutos desta ligação mais próxima entre a Academia e a vossa Junta de Freguesia. -----*

----- *Encontramo-nos no Auditório Dona Maria I, permita-me destacar, é a senhora das luzes, do iluminismo, que criou a Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho em 1790, que é a nossa verdadeira antecessora da Academia Militar enquanto instituição de ensino superior. -----*

----- *A Academia, sendo uma instituição centenária que tem como patrono o Marquês Sá da Bandeira, como sabem, passou a ocupar estas instalações a partir de 1851. Portanto, elas são de 1701 a 1704 mandadas construir por Dona Catarina de Bragança mas só vêm a ser Academia Militar, na altura Escola do Exército, em 1851 e como comandante o próprio Marquês. -----*

----- *Hoje continuamos a cultivar os valores dos nossos antecessores mas somos necessariamente diferentes. -----*

----- *Permitam-me usar este instrumento para comunicar duas ou três informações muito simples: -----*

----- *Eu tenho na Academia Militar cerca de 600 cadetes, em Lisboa e na Amadora, são dois pólos, no total de 960 pessoas que eu tenho nos dois aquartelamentos sob as minhas ordens, do Exército e da GNR. Formamos os futuros oficiais do Exército e da GNR, curiosamente com um curso que não sei se há aqui concorrentes, um concurso para este ano letivo abriu hoje em Diário da República. Já agora fica esse alerta que é importante em termos de difusão da informação. -----*

----- *Temos 10 cursos de formação em regime de internato para meninos e para meninas, hoje em dia as coisas são diferentes, para os vários cursos que vão desde as engenharias até à administração, às ciências militares e à medicina, mas também noutros cursos abertos à sociedade civil, para quem quiser, caso do mestrado em Liderança e Guerra da Informação. -----*

----- *Temos alunos estrangeiros, desde os PALOP a norte-americanos, e passam aqui imensos alunos dos vários países ao abrigo do programa ERASMUS. Portanto, se encontrarem por aí alguns com umas cores de farda esquisitas já sabem que são dos vários alunos que aqui passam. -----*

----- *Mas também temos, entre outras missões, a responsabilidade civil. Essa responsabilidade civil de servir Portugal e os portugueses está materializada hoje aqui. É com imenso prazer que aqui estou. É neste âmbito que vai resultar uma parceria que já começámos, fizemos visitas. É neste âmbito que apesar das dificuldades que tem a Junta de Freguesia em termos de espaço, nós temos aqui algum espaço, temos aqui algumas atividades, temos aqui piscinas, temos instalações que naturalmente podemos ceder desde que não seja colocada, compreenderão todos, em causa a segurança das mesmas, do armamento, de pessoas. Há aqui questões sagradas que todos nós sabemos, mas faremos tudo e o Exército fará tudo para ceder essas instalações ao povo, à Junta de Freguesia. Aos portugueses em geral mas em particular aqui, porque normalmente me pediam através da secção de operações para usar as instalações. -----*

----- *Essas pessoas agora já sei onde é que vão dirigir-se e depois vem através da Junta, é muito mais fácil para nós ter grupos ao fim-de-semana para visitar. Não só para utilizar a parte desportiva, é património nacional esta capela, todo este edifício. Aliás, já há aqui iniciativas até em conjunto com a Câmara, com a Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia que também vamos materializar noutra âmbito. -----*

----- *Ou seja, estamos abertos, estamos disponíveis porque temos aqui um enorme património que é de todos.-----*

----- *Permitam-me só um minuto, porque ouvi há pouco a primeira intervenção de um freguês da Freguesia muito interessante relativamente ao 25 de Abril. Hoje houve uma homenagem ao Senhor General António Ramalho Eanes, já tinha havido uma militar na sexta-feira. Um homem que marcou a sociedade portuguesa, que construiu e de que maneira a nossa democracia. Isto de manhã. -----*

----- *À tarde tive também o privilégio de estar numa homenagem a Maria de Jesus Barroso, outra Senhora com letra grande e com tudo.-----*

----- *Nós temos coisas muito boas em Portugal, nós também temos aqui na Junta de Freguesia e temos aqui na Academia. Obviamente que é uma grande satisfação para o Comandante estar aqui.-----*

----- *Eu vou ter que sair, vou para a Póvoa de Varzim, para a Escola dos Serviços, mas ficam aqui os militares a acompanhar. Voltem quando quiserem, a casa é vossa. Muito obrigado também por estarem aqui, que para mim é muito importante e para o Exército.” -----*

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** começou por cumprimentar todos os presentes.-----

----- *Disse que um freguês tinha falado sobre os lixos e sabia que a recolha dos lixos tinha a ver com os serviços da CML mas a realidade era que na Freguesia, em determinados pontos, era frequente as pessoas depositarem lixo na rua e nomeadamente junto às caldeiras das árvores. Não sabia porquê, devia ser interessante, ou devia ser um local propício a juntarem lixo. -----*

----- *Não era para falar nesse assunto, mas seria interessante o Executivo pensar numa campanha de sensibilização, nomeadamente junto das árvores, porque realmente as árvores eram seres vivos e era horrroso vê-las cheias de lixo.-----*

----- *Falava com muitas pessoas e detetava algumas situações, nomeadamente havia até uns hotéis perto de onde vivia e já tinha visto algumas situações pouco agradáveis. Era lamentável e portanto disponibilizava-se, se fosse necessário, a fazer algum trabalho para essa campanha de sensibilização porque realmente havia que fazer qualquer coisa. -----*

----- *Sabia que a recolha do lixo não pertencia à Junta, mas era extremamente incómodo andar numa rua sem lixo nenhum e passado um tempo estar tudo cheio de sacos, nomeadamente à segunda-feira.-----*

----- Passando a outro assunto, integrando-se nessa questão da limpeza, sabia que iria haver alguma intervenção em escadinhos na Freguesia mas havia dois casos que presenciara e que não tinham a ver com obras propriamente, mas com o péssimo estado de manutenção. As escadas junto ao Largo de Santa Bárbara estavam negras de sujas, o que denotava talvez falta de intervenção de lavagem. Para quem passava no Largo de Santa Bárbara era desagradável, assim como as escadas junto à Travessa das Amoreiras que se encontravam cheias de ervas. Portanto, a manutenção tinha sido pouca. -----

----- Tinha um assunto importante relativamente ao NAL. O Núcleo de Apoio Local, inaugurado em setembro de 2013, em plena campanha autárquica, tinha como objetivo apoiar pessoas sem-abrigo disponibilizando refeições, bem como todo o acompanhamento social e inserção no mercado de trabalho. Tinha sido por diversas vezes feita referência aos benefícios e mais-valia que a abertura do espaço no Largo de Santa Bárbara levava à comunidade dos sem-abrigo, valorizando a dignidade dada às pessoas por exemplo quando passavam a usufruir de um espaço onde lhes eram distribuídas refeições, sem ser na rua.-----

----- Por mudança de estratégia em relação ao modelo de funcionamento do espaço de apoio aos sem-abrigo, a Câmara Municipal de Lisboa reduzira o financiamento de 77 mil euros para 15 mil anuais, dando origem ao encerramento do centro, espaço esse gerido pelo Centro Paroquial de São Jorge de Arroios. -----

----- Lera com alguma atenção a Informação da Senhora Presidente da Junta de Freguesia e seria de esperar que esse assunto tivesse sido referido. Não tinha visto essa referência. -----

----- Sentia que todas as ações inovadoras e criativas deviam ser destacadas, mas também era verdade que todas as situações que de algum modo, fossem da responsabilidade da Junta ou não, se inserissem dentro do espaço da Freguesia e tivessem um fim, nesse caso de encerramento, deviam merecer uma informação do Executivo para que os fregueses soubessem. -----

----- Não pretendia fazer juízos de valor mas tinham o direito de ser informados sobre essa e outras situações de interesse para a comunidade. -----

----- Perguntou se a abertura da Primeira República para a pessoa sem-abrigo iria substituir ou não o NAL. Parecia que não, visto que aquele, segundo lera, davam refeições a cinquenta e tal pessoas. Era um espaço de acompanhamento social e inserção no mercado de trabalho, mas por enquanto só integrava quatro pessoas. Portanto, pretendia informação sobre o que se passara e quais as razões do seu encerramento. -----

----- **Membro Beatriz Dias (BE)** começou por agradecer à Membro do Executivo Ana Santos o envio da documentação relativamente aos contratos de trabalho da Junta de Freguesia. Não tivera tempo para os analisar, mas agradecia o envio. -----

----- Relativamente à questão dos lixos, tinham que considerar a situação atual do País e principalmente a situação atual da cidade e o contexto europeu. Isso levava a terem que ser muito mais cautelosos com as afirmações que se faziam, mesmo fazendo-as num espaço que consideravam de debate e discussão.-----

----- No momento vivia-se um crescimento da xenofobia na Europa, traduzida através da construção de muros que impediam a entrada de várias pessoas e principalmente aquelas que chegavam dos países árabes para fugir a contextos de guerra. A criação desses muros, na sua opinião, baseava-se principalmente numa má compreensão da diferença existente entre culturas e diferentes populações. -----

----- Quando se olhava para a realidade portuguesa e se afirmava que o lixo aumentava porque a Freguesia tinha uma diversidade cultural, estavam a cometer um erro que podia levar a situações de racismo e xenofobia que se queriam evitar na Freguesia. Era preciso muito cuidado e muita cautela com as expressões que se usavam, tinham que ser

muito conscientes do seu impacto e de que não queriam ser responsáveis por situações de racismo e xenofobia, que essas aumentassem ou sequer existissem na Freguesia. -----

----- O lixo era uma questão cultural que afetava todos. Não acreditava que a Freguesia estivesse mais limpa numa altura em que tivessem menos imigrantes ou que tivessem uma homogeneidade cultural maior. Eram necessárias campanhas de educação claras e que levassem as pessoas a perceber que o espaço público era um espaço de todos e que tinha de ser conservado e preservado por todos. Era isso que se devia fazer e era isso que se devia dizer nas intervenções sobre o lixo.-----

----- Os comentários que faziam e que podiam ter uma má interpretação muitas vezes resultavam de uma generalização que estavam habituados a ouvir. Por isso teriam que ser muito mais cautelosos. O racismo, a xenofobia, a desconfiança, o preconceito, eram termos completamente enraizados no discurso quotidiano e veiculados através dos meios de comunicação. Por isso tinham que ser mais críticos, mais cuidadosos e mais atentos quando se falava dos outros. O acolhimento das populações imigrantes era fundamental para criar uma sociedade justa e em que todos pudessem existir.-----

----- Disse que a movimentação das populações fazia parte da realidade do ser humano, as pessoas moviam-se para outros locais e levavam com eles a sua cultura e outras características. Cabia olhar para os outros com respeito e consideração e não atribuir características que se calhar não tinham. -----

----- **Membro Vitor Carvalho (PS)** começou por, em nome do Partido Socialista, agradecer ao Senhor Comandante da Academia Militar ter recebido a Assembleia de Freguesia. Era uma excelente forma de cooperação entre uma instituição militar e uma instituição oriunda da sociedade civil, no caso a Assembleia de Freguesia. -----

----- Congratulou-se pelo facto da Assembleia de Freguesia estar a ser pela primeira vez transmitida em direto através da Arroios TV. Era uma decisão importante e esperava que a população em casa estivesse a assistir, mas também esperava que fossem às Assembleias e não ficassem apenas em casa. -----

----- Tinha três questões para colocar à Senhora Presidente da Junta de Freguesia e uma recomendação para apresentar em nome do PS:-----

----- Tivera conhecimento de uma visita da comissão da Assembleia Municipal responsável pelos assuntos de transportes e mobilidade, da qual fazia parte a Senhora Presidente da Junta. Essa comissão tivera como objetivo analisar as três estações de metro que serviam a Freguesia, Intendente, Anjos e Arroios. Gostaria de saber o que se tinha passado durante essa visita acompanhada pela administração do Metro de Lisboa e se havia novidades relativamente a essas estações que todos sabiam encontrar-se em mau estado.-----

----- Outra questão era sobre as obras de reabilitação do Largo do Leão. Estavam inseridas no projeto da CML de “Uma praça em cada bairro” e, conforme dissera a Senhora Presidente da Junta, era uma questão da competência da Câmara Municipal. Tinha sido dito que havia já um projeto mas o facto era que passado todo esse tempo o Largo do Leão continuava exatamente como no início. Gostaria de saber se havia novidades relativamente ao projeto de reabilitação do Largo do Leão. -----

----- A última questão era sobre o Largo Dona Estefânia. Alguns meses antes tinha havido um acidente no Largo da Estefânia, um automóvel despistara-se e tinha ido bater nas pedras da fonte do Neptuno. O facto era que não havia água nessa fonte e as pedras continuavam partidas e abandonadas. Queria também saber se haveria novidades relativamente a essa questão, sabendo que era uma competência da CML. -----

----- Iria apresentar uma recomendação que, apesar de ser do PS, lhe dava em termos pessoais um grato prazer ler: -----

#### ----- **Recomendação** -----

“----- *Recomendação ao Executivo sobre a construção de um memorial a Monsenhor José de Freitas*-----

----- *A 24 de junho de 2011 – há, pois, precisamente 5 anos – falecia aos 92 anos de idade uma personalidade incontornável da paróquia da extinta freguesia de S. Jorge de Arroios, que ficará na memória de todos os que tiveram a honra e o privilégio de o conhecer e que com ele privaram.* -----

----- *Pessoa possuidora de um forte caráter e carisma e com uma profunda consciência social e capacidade de liderança, foi pároco de S. Jorge de Arroios durante mais de 45 anos tendo chegado a esta zona da cidade em 1955 para abandonar a atividade sacerdotal apenas em 2011.* -----

----- *Chamava-se José de Freitas, Monsenhor José de Freitas, um homem generoso e corajoso, impulsionador de várias iniciativas e atividades na freguesia algumas delas bastante avançadas e ousadas para a época e de que se passa a elencar as mais significativas:*-----

----- *Criação de um centro de apoio a alcoólicos, de um movimento juvenil, de um centro de reflexão, um centro de preparação para o matrimónio, de serviços de apoio a doentes bem como da que pode ser considerada a sua obra maior, o Centro Social e Paroquial de São Jorge de Arroios;*-----

----- *Criação do Conselho Paroquial - pioneiro na diocese de Lisboa - através do qual os leigos passaram a participar na vida da paróquia nomeadamente através da sua administração e gestão;*-----

----- *Criação da “Comissão de Cultura” que afixou pelas paredes da igreja uma série de cartazes com as principais conclusões do Concílio do Vaticano II, o que originou grande escândalo junto dos setores mais reacionários tendo alguns dos cartazes sido rapidamente arrancados;*-----

----- *Apoio generalizado aos mais desfavorecidos e necessitados, à Associação “O Ninho”, de apoio a prostitutas, bem como aos diversos grupos de jovens como o grupo de teatro (que incentivou desde o seu início), o coro de jovens ou os escuteiros, de que foi Chefe de Agrupamento.* -----

----- *Por outro lado, consta que algumas das suas homilias eram atentamente escutadas por agentes da polícia política do Estado Novo que chegavam a gravá-las procurando nas suas palavras alguns indícios de desvio à ortodoxia dominante.*-----

----- *Terá ainda Monsenhor José de Freitas alojado nas instalações da igreja de S. Jorge de Arroios democratas perseguidos pela PIDE-DGS e visitado alguns presos que se encontravam encarcerados por motivos políticos. A todos, Monsenhor José de Freitas dizia que a política fazia parte do ser humano e que a Casa de Deus, a sua Igreja, estava sempre aberta a todos independentemente da condição social ou da opção política.*-----

----- *Assim, considerando que:*-----

----- *1. Monsenhor José de Freitas é parte integrante do património imaterial, social e religioso da nossa freguesia;*-----

----- *2. Que durante a sua permanência como pároco de S. Jorge de Arroios, Monsenhor José de Freitas deixou uma marca indelével que esta freguesia não pode nem deve esquecer;*-----

----- *3. Que é da mais elementar justiça que a freguesia honre e perpetue o nome de quem muito fez em prol dos mais carenciados e necessitados;*-----

----- *Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia de Freguesia de Arroios recomendam ao Executivo que proceda às diligências que entenda necessárias e mais adequadas no sentido de que venha a ser erigido ainda durante o presente mandato na*

*freguesia de Arroios um memorial a Monsenhor José de Freitas, preferencialmente no adro situado em frente à igreja da qual foi pároco durante 45 anos.*-----

----- *Assembleia de Freguesia de Arroios, aos 27 de junho de 2016*-----

----- *O Grupo do Partido Socialista*----- ”

----- **Membro Ana Mirra (PCP)** começou por agradecer à Academia Militar pelo acolhimento, aos eleitos e aos fregueses presentes, convidando os que não estavam para, apesar da TV Arroios, deixarem de ser telespetadores para serem agentes ativos nas Assembleias.-----

----- *Apresentou a seguinte moção:*-----

----- **Moção** -----

“----- *Uma Escola Pública, Gratuita, Universal, Inclusiva e de Qualidade para todos os Cidadãos* -----

----- *A Constituição da República Portuguesa (CRP) proclama que todos os cidadãos têm direito à educação, com garantia do direito à igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares.* -----

----- *A Lei de Bases do Sistema Educativo determina que é da especial responsabilidade do Estado promover a democratização do ensino, garantindo a todos os portugueses a liberdade de aprender e ensinar, com tolerância para as escolhas possíveis, mas abstendo-se de impor directrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas.* -----

----- *A massificação do ensino proporcionada pela Revolução de Abril, criou naturalmente dificuldades aos governos da democracia na concretização do imperativo constitucional de criação de uma rede de escolas públicas que cobrisse todo o país. ---*

----- *Com o fim de ultrapassar essa dificuldade, o Estatuto das Escolas do ensino Particular Cooperativo, aprovado pelo DL 553/80 instituiu os contratos de associação, a serem celebrados com escolas particulares situadas em zonas carecidas de escolas públicas.*-----

----- *Em 2015, procurando concretizar um projecto neoliberal de criação de um mercado educativo alargado e concorrencial, o governo PSD/CDS celebrou contratos de associação com colégios privados que não correspondiam a carências da rede e visavam financiar esses colégios, em prejuízo do investimento necessário e legalmente imperativo que o Estado tem que fazer na Escola Pública.*-----

----- *O Ministério da Educação decidiu agora repor a legalidade e só permitir a celebração de novos contratos a partir de 2016/2017 quando se verificar manifesta incapacidade da Escola Pública dar resposta às necessidades da população escolar, medida que tem tido uma violenta oposição da Associação dos Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo – AEEP.*-----

----- *As eleitas do Partido Comunista Português propõem que a Assembleia de Freguesia de Arroios, reunida na sessão ordinária de 27 de Junho de 2016, delibere: -*

----- *1. Manifestar o apoio às medidas que visem repor a legalidade e moralizar a celebração dos contratos de associação enquanto instrumento supletivo da Escola Pública;*-----

----- *2. Exigir do governo, o conjunto de medidas que visem concretizar um investimento consentâneo com o desígnio constitucional de garantir uma Escola Pública, Gratuita, Universal, Inclusiva e de Qualidade para todos os Cidadãos e assim garantir o acesso à educação e ao conhecimento a todas as crianças e jovens.* -----

----- *3. Enviar esta Moção:* -----

----- *Presidente da República* -----

----- *Primeiro-Ministro*-----

----- *Ministro da Educação* -----

----- *Federação Nacional dos Professores (FENPROF)* -----  
 ----- *Arroios, 27 de Junho de 2016* -----  
 ----- *As eleitas do Partido Comunista Português - Maria Fernanda Pereira Gonçalves de Lacerda e Ana Luísa Martins Pereira Mirra.* ----- ”

----- **Membro Damião de Castro (PSD)** começou por saudar os presentes e transmitir a honra por estarem na Academia Militar. Disse que os Membros do PSD se sentiam muito honrados pela maneira como foram recebidos e pelas instalações magníficas que foram encontrar. -----

----- Referiu que era católico, apostólico, romano e o Monsenhor Freitas tinha batizado os seus filhos, tinha participado nos 50 anos de casado do seu sogro e em todas as cerimónias religiosas. Era de facto uma figura marcante da Freguesia e para além dela. Tinha-o acompanhado em atividades que iam muito para além da vida religiosa e da atividade que todos os dias exercia. -----

----- Uma homenagem ao Monsenhor Freitas era merecida e devia ser feita em conjunto com a Igreja, porque a Igreja até podia não saber de nada. Era importante que isso fosse devidamente coordenado. -----

----- Em relação ao Centro Social, que estava muito bem montado e arranjado, pertencera a uma família que doara isso. Portanto, essa família também não podia ser esquecida e era bom que se investigasse, porque tinha chegado à Igreja como uma dádiva. Que se soubesse isso, porque efetivamente era obra de muita gente. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** referiu que não era postura da Junta de Freguesia estar de costas com nenhuma entidade, fosse qual fosse a religião. Havia conversas com pessoas da Igreja de São Jorge de Arroios, com a Junta de Freguesia e com paroquianos. Era o caso do Membro Vitor Carvalho, que pertencia à mesma comunidade e, portanto, como poderiam calcular, nunca se faria nada de costas com ninguém, era uma postura do Executivo. -----

----- Eram importantes as homenagens às pessoas que deram incremento à Freguesia, que deram notariade e apoio. -----

----- Quanto aos lixos, aquilo das pessoas colocarem o lixo nas árvores incomodava imenso. A própria Junta começara a sensibilizar as escolas para as crianças fazerem alguns canteiros junto às árvores, mas havia posturas e posturas e quase fora indiciada por um diretor da CML a dizer que não deixasse pôr pequenas flores à volta das árvores porque isso estragava a árvore. Respondera-lhe que o que estragava as árvores era o lixo, as bicicletas que amarravam às árvores e os colchões. -----

----- As crianças do externato Passos Manuel, tendo-se feito um trabalho com elas e incentivando-as a ter cuidado com o espaço público, isso sim era extremamente importante. -----

----- Nessa rua havia mais cuidado dos comerciantes e em outras situações, mas era uma zona em que moravam muitas pessoas idosas e também muitas pessoas com cães. Um dos problemas graves na Freguesia era as pessoas não se dobrarem para apanhar os dejetos dos seus animais, incluindo nos jardins, onde depois as crianças nem se podiam sentar. Tinham feito um evento no jardim Maria de Lurdes Pintasilgo e tivera que ser limpo quatro vezes dos dejetos dos animais. -----

----- Em relação às escadas do Largo de Santa Bárbara, iria falar com a equipa e tentar perceber o que se estava a passar. -----

----- Sobre a Rua das Amoreiras cheia de ervas, podia dizer que iriam estar muito mais cheias de ervas todas as ruas da Freguesia, porque deixara de se usar o glifosato. Antes o glifosato era colocado junto às paredes dos prédios e durava seis meses, não apareciam ervas, mas atualmente não se podia usar o glifosato. -----

----- Em reunião com várias pessoas da saúde pública na Assembleia Municipal de Lisboa e com cidadãos que falaram sobre essa situação, a Junta de Freguesia comprometera-se e pedira às pessoas que estavam presentes, pelo menos 14 Presidentes de Junta assinaram essa parceria, que explicassem às pessoas a razão das ervas crescerem um pouco mais até serem cortadas.-----

----- Isso criava um custo muito mais para todas as Freguesias, exigia mais máquinas, mais equipamentos e mais pessoal. Era uma situação que estavam a estudar, porque não tinham só 57 quilómetros de estradas, as ruas eram dos dois lados e havia 114 quilómetros de passeios para limpar.-----

----- Era uma questão de saúde pública que tinha a ver com todas as Freguesias. Acontecera também uma reunião com o Bastonário da Ordem dos Médicos, que explicara a quantidade de glifosato que havia no organismo. -----

----- Haveria de chegar às 24 Freguesias de Lisboa, mas 14 já tinham parado. Teria que ser uma sensibilização de todos, que as ervas iriam crescer um pouco mais para depois serem cortadas. -----

----- Quanto ao NAL, havia uma situação que não estava bem contada. O NAL tinha um protocolo com a CML, o espaço era da Câmara. O valor não era de 15 mil euros, era de 90 mil, mas tinha havido uma discrepância entre a Câmara e o NAL dirigido pelo Doutor Pedro Cardoso, situação que levava o próprio núcleo a parar, não era a Câmara que tinha mandado parar. -----

----- Havia 90 mil euros para as pessoas poderem trabalhar, porque os jantares eram dados gratuitamente. A Junta de Freguesia de Arroios sempre apoiara os almoços, dando 2500 euros por mês para esse efeito. -----

----- Estava-se em negociações com o Senhor Padre Álvaro e com o Vereador João Afonso, mas não fora o Vereador que mandara parar o projeto. -----

----- Tinha havido um desentendimento pouco simpático para as pessoas que precisavam do espaço, que lhe parecia ir ser resolvido brevemente.-----

----- Podia dizer que a Junta de Freguesia com a Câmara Municipal tinha começado obras no núcleo de apoio aos sem-abrigo no valor de 6 mil euros, porque era importante que fosse aberto o mais breve possível. Por vezes havia ruturas que tinham de ser tratadas diretamente nos serviços e não na praça pública, porque só prejudicava as pessoas necessitadas. -----

----- Brevemente queriam começar as obras na casa-de-banho ao lado, de maneira a também ter duche, mas eram coisas que por vezes demoravam muito tempo na ligação com a Câmara Municipal. Também era bom que as duas entidades entrassem em acordo o mais breve possível. -----

----- Isso não tinha nada a ver com a situação da Primeira República, até porque tinha estado em várias reuniões e iriam abrir mais repúblicas na cidade. Estivera numa reunião com o Centro Paroquial e com a Misericórdia de Lisboa, seria aberta mais uma república e tinham aberto uma república para mulheres.-----

----- A Junta não estava fora, era parceira naquilo que podia ser. Por exemplo, a Primeira República tinha sido sempre acompanhada pela equipa da Freguesia de apoio aos sem-abrigo. Eram pessoas que tinham estado muitos anos na rua e não era fácil mudar hábitos, não era de um dia para o outro. -----

----- Um problema era muitas vezes as pessoas alimentarem os sem-abrigo com bastante álcool junto ao Jardim Constantino, com os próprios comerciantes a utilizarem os sem-abrigo para recados. As próprias pessoas, em vez de sensibilizar, por vezes forneciam e depois a comida ficava espalhada, o que era bastante degradante. -----

----- As pessoas que estavam no espaço do Jardim Constantino eram pessoas estrangeiras, europeias. Estava-se a ver com as embaixadas a forma de poder atuar,

porque eram pessoas com problemas graves do foro psicológico. Era um problema grave na Freguesia, 30% dos sem-abrigo eram pessoas com problemas de ordem psicológica e isso tinha que ser tratado e enquadrado. -----

----- Disse que andava nos últimos dois anos em reuniões com o Metro e não tinha sido sempre bem recebida pela anterior administração. Até chegara um dia a pedir ajuda ao Engenheiro Damião no sentido de sensibilizar a pessoa. Felizmente que mudara a postura, a administração era outra, uma pessoa que conhecia, Engenheiro Tiago Farias, e tinham já acontecido três reuniões, uma em conjunto com a Junta de Freguesia da Penha de França. Era muito triste o estado em que estavam as estações da Freguesia. -----

----- Apesar de não fazer parte da comissão da Assembleia Municipal, tinha sido convidada como Presidente de Junta para estar presente nessa reunião. O que se passava ali era ver lixo a sair pelas grelhas do ar condicionado, era uma situação de saúde pública. Explicara que devia ser feita uma pintura, enquanto não acontecessem obras. Não se estava a exigir muito, queria-se mais iluminação, pinturas, arranjos e limpeza.--

----- Havia muitas pessoas ali e era com alguma dor que se via pessoas com carrinhos de bebé a subir as escadarias. Sabia que a obra não seria feita de imediato, mas até se zangara um pouco na última reunião porque não podia haver uma equipa de limpeza se não houvesse uma equipa a fazer a grande remoção dentro das condutas e de tudo onde houvesse lixo. Via-se que estava sujo por não haver limpeza e pintura. -----

----- Esperava que ganhassem essa “guerra”, olhando nos olhos e explicando o que se podia fazer de imediato. -----

----- Referiu que a Oitava Comissão estava a fazer um relatório, estava a aproveitar as fotografias feitas pelo fotógrafo da Junta de Freguesia, e a última situação seria ter que ir falar ao Senhor Presidente da Câmara. Era importante que a Câmara de Lisboa também se interessasse pela situação de limpeza e saúde pública. -----

----- Em relação ao Metro de Arroios, iria para obras mas só mais tarde, essas coisas andavam sempre de avaliação para avaliação. -----

----- Quanto ao Largo do Leão, uma das situações que falava na Assembleia Municipal era sobre essa obra. Não seria só o Largo do Leão e estaria para começar em setembro/outubro. Dava sempre um mês de *décalage* porque às vezes os serviços da Câmara Municipal atrasavam um pouco, com os concursos e todas essas coisas. -----

----- Era para ir até à Praça do Chile mas ficava acima porque haveria ali obras no próximo ano, não valia a pena estar a fazer obras na Praça do Chile e passado um ano estar a ser destruído. Iria até uma certa zona da Pereira Carrilho, até à entrada do convento e para baixo a rua não seria intervencionada. -----

----- Tinham aparecido outros parceiros a lutar também na Assembleia, entre os quais o Diogo Moura, que também ajudava nesse alerta e era importante dizer que estavam todos nessa luta. -----

----- Em relação ao Largo Dona Estefânia, tinha sido destruído mais do que estava previsto, mas tinha recebido nesse dia um e-mail do Engenheiro Ângelo Mesquita com os dados todos e esperava que a obra começasse no dia 1 de julho, sendo acompanhada pelo técnico da Câmara Luis Barrão. A obra não eram só as pedras, envolvia toda a parte de mecânica da fonte e por isso tinha um atraso maior. -----

----- Havia um contacto diário com os diversos serviços da Câmara. Começariam com três escadinhas e depois continuariam. Tinham outros pedidos à Câmara para que, enquanto não faziam as obras, fosse a Junta a fazer com delegação de competências. ---

----- **Membro João Grave (PSD)** disse que sempre tivera a preocupação com os sem-abrigo, era um dos problemas que enfermava a Freguesia. Para si era um pouco difícil compreender uma estrutura a servir refeições junto do refeitório da Santa Casa da

Misericórdia de Lisboa. Tinham-lhe esclarecido que era um projeto mais dedicado, mais próximo, mais específico no contexto da Freguesia.-----

----- Acabara por achar que tinha o seu mérito e tê-lo-ia no futuro certamente, mas das duas uma, ou o projeto não era efetivamente necessário no dia-a-dia, ou o desaguisado entre responsáveis municipais e os do núcleo acabara por deixar ficar sem esse apoio uma população relevante de sem-abrigo.-----

----- Perguntou se a figura tantas vezes invocada do estado de necessidade não seria dessa vez invocável.-----

----- **A Senhora Presidente da Junta** respondeu que essas pessoas já tinham sido encaminhadas. Certamente o Membro João Grave não tinha ouvido totalmente, porque se não achassem necessário não estariam com certeza a fazer obras de requalificação. Não era uma “guerra” da Junta, mas tinha que ajudar a resolver.-----

----- Continuavam a comer todos os dias mas tinham sido reencaminhadas. Era um projeto muito importante por ser um projeto de proximidade, era mais fácil trabalhar com 50 pessoas do que trabalhar com 300. Nesse sentido era importante que a Freguesia tivesse aquele espaço, mas era importante que outras entidades o fizessem também. ----

----- Eram para abrir mais dois na cidade e só abrisse esse, com grande luta sua ainda em campanha eleitoral. O que não se podia fazer era andar a lavar a alma pelas ruas de Lisboa e muitas vezes passavam carrinhas de quarto em quarto de hora, parecia que andavam à procura de ver quem era mais importante.-----

----- A Junta tinha uma equipa que andava na rua de quinze em quinze dias e por isso mesmo alargara essa equipa de rua, estando a trabalhar com outros movimentos associativos da Freguesia. Havia um espaço na Freguesia para trabalhar com outras equipas e não só com o Centro Paroquial, com outras entidades a fazer sensibilização, a tentar levar as pessoas aos hospitais, mas não podiam obrigar ninguém.-----

----- As pessoas tinham sido reencaminhadas e esperava que depois voltassem ao núcleo. Aliás, muitas pessoas que procuravam a rua não tinham necessidade de procurar a rua, pessoas idosas a quem o Centro Paroquial podia levar alimentação a casa. Pessoas que não precisavam de andar na rua a pedir esmola.-----

----- Não tinha consigo os números, mas havia muitas situações resolvidas por haver um núcleo de apoio aos sem-abrigo de proximidade. Esperava que a situação em breve estivesse resolvida.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Recomendação ao Executivo sobre a construção de um memorial a Monsenhor José de Freitas**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 18 votos a favor de PS (9), PSD (5), PCP (2), PAN (1) e CDS-PP (1) e 1 abstenção de BE.-----

----- Submeteu à votação a **Moção “Uma Escola Pública, Gratuita, Universal, Inclusiva e de Qualidade para todos os Cidadãos”**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 17 votos a favor de PS (9), PSD (3), PCP (2), BE (1), PAN (1) e CDS-PP (1) e 2 abstenções de PSD.-----

----- **Ponto 3 – Leitura, discussão e votação da ata nº12 da sessão anterior;**-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a **Ata nº12**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 18 votos a favor de PS (9), PSD (4), PCP (2), BE (1), PAN (1) e CDS-PP (1) e 1 abstenção de PSD.-----

----- **Ponto 4 – Apreciação da Informação Escrita da Presidente da Junta de Freguesia de Arroios acerca da atividade da Junta, nos termos do disposto da alínea e) do nº2, do artº 9º da Lei nº 75/2013;**-----

----- **Membro Pedro Louro (PS)** começou por se congratular com o facto de estarem na Academia Militar e por terem sido tão bem recebidos pelo Senhor General. Muito os honrava estarem ali presentes.-----

----- Quanto à Informação Escrita, congratulava-se com as taxas de execução ao nível de 80% nas competências periódicas de varredura e lavagem da Freguesia. Podia haver um espaço ou outro, mas a Freguesia de Arroios era muito grande, ganhara uma dimensão geográfica desde a fusão que era muito maior do que as ex Freguesias de São Jorge de Arroios, Anjos e Pena. Portanto, congratulava-se com essa taxa de execução acima dos 80%. Significava que os serviços da Junta tinham bem andado nesse âmbito. -----

----- Por outro lado, havia alguns pontos com umas referências muito lacunares. Sabia não haver tempo para tudo e era uma mera síntese, mas por exemplo sobre o espaço de inclusão só havia três linhas. Podia ser um pouco mais específico e não ser uma análise tão genérica. Podiam explicar um pouco melhor. -----

----- Não queria ter um relatório de cem páginas e nem era uma crítica, era apontar para uma melhoria no relatório. Ficariam todos mais informados se densificassem um pouco mais a informação. Sabia que era um resumo dos contributos dos diversos Membros do Executivo, mas era uma chamada de atenção que certamente teriam em conta.-----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que o PCP já fizera várias vezes referência à elaboração do documento. Tinha a noção exata de que tudo isso dava muito trabalho, as coisas não eram fáceis mas já noutras alturas falaram, por exemplo, do tamanho da letra. A forma de apresentação podia ser diferente, o que reduzia o número de páginas. -----

----- No final, para o objetivo que se pretendia e que era informar os Membros da Assembleia da atividade desenvolvida pela Junta, acabava por em muitos assuntos não se concretizar.-----

----- Tinha tido esse problema na leitura e tinha dificuldade em perceber em muitos pontos qual era exatamente a participação ou a ação da Junta nas atividades descritas e qual o interesse e o *feed-back*. Nalguns pontos estava muito lacónico, falava de uma visita, uma reunião, uma participação, mas depois não havia desenvolvimento. Em muitos casos era necessário conhecer os desenvolvimentos para a compreensão dos Membros da Assembleia. -----

----- A Informação era apresentada de diversas formas e dessa vez, além das áreas de intervenção, tinham também sido inseridos campos com informação de atividades específicas. Isso tornava o documento desnecessariamente extenso, verificava-se a repetição de informação em diversos locais. -----

----- Mais uma vez sugeria que fosse apresentado de outra forma, tentando ser mais informativo. -----

----- Passando à Informação em concreto, sobre a Comissão Social de Freguesia de Arroios tinham sugerido na Assembleia anterior uma informação sobre a comissão, bem como a sua atividade mais pormenorizada no site da Junta. Havia interesse em saber a formação da comissão, a sua atividade, o plano de atividades, toda essa informação que muitos dos fregueses certamente teriam interesse. Tinha consultado o site e não vira alguma informação sobre esse assunto. -----

----- Sobre a ação social, já tinham falado na dificuldade que havia em saber a participação do Executivo. Por exemplo na página 5 era referido que “apoiámos a Farmácia Silmar a realizar no passado dia 27 de maio a ação ‘A Farmácia cá da rua’”. Não se sabia se o apoio era logístico, informático ou outro, recursos humanos. -----

----- Perguntou, sobre a Acupuntura Urbana, em quantos fogos se estavam a fazer obras e os valores, porque era interessante saberem.-----

----- Em relação a educação e juventude, no âmbito do programa *job shadowing* era referido que três alunas do Filipa de Lencastre acompanharam a Senhora Presidente da Junta durante um dia de trabalho. De maneira nenhuma queria desprezar esse projeto, que não sabia qual era, mas o Filipa de Lencastre não se situava na área da Freguesia e, portanto, queria saber porque aparecia isso, se tinha sido pedido o apoio à Freguesia. Nada era dito. -----

----- Por outro lado, era interessante três alunos terem acompanhado a Presidente num dia de trabalho, mas parecia-lhe que essas coisas deviam ser alargadas a um maior número de pessoas, nesse caso de alunos, para que os objetivos de inserir esses jovens na realidade do trabalho fossem muito mais alargados. -----

----- Da leitura do relatório sobre a manutenção do espaço público continuava a verificar não haver nada sobre a aplicação de pisos antiderrapantes nos passeios. Em intervenções anteriores tinha sido dito por Membros do Executivo que fora feito um levantamento das situações de maior perigo, mas a execução continuava por fazer, ou pelo menos não se tinha visto essa obra importante que em determinados locais era urgente. -----

----- Quanto aos espaços verdes, “na arboricultura urbana foram relacionadas as intervenções realizadas nos diversos locais”. Nada era dito sobre o tipo de intervenção, se eram podas, abates, plantação, inspeções. O texto não era explícito. -----

----- Sobre regulamentos, “O Executivo aprovou no dia 6 de junho uma proposta de regulamento relativo à concessão de apoios pela Junta, que será submetida a consulta pública”. Finalmente deviam congratular-se pelo desenvolvimento e por ter sido dado andamento a uma recomendação feita diversas vezes pelo PCP em várias Assembleias. Ficava a aguardar como seria feita e quando seria feita essa consulta pública. -----

----- No desporto, na página 37, apoio com transporte aos clubes da Freguesia, era mencionada a Escola de Futebol Benfica dos Açores. Por alguma ligação ao desporto até poderia perceber o que acontecera, mas nada era explicado no texto. Essa Escola de Futebol Benfica dos Açores seria em São Miguel e, portanto, era positivo dizer-se o apoio, já que devia ter sido um apoio pontual para uma deslocação. Pensava que deveria ter sido isso, mas mais uma vez o texto era extremamente lacónico e por vezes bastavam duas linhas. -----

----- O Orçamento Participativo 2016. Para melhor apreciação dos Membros da Assembleia era interessante juntarem a lista dos projetos, os que foram aceites ou não e a razão, mas para maior informação dos Membros, em especial quem não participava na Comissão de acompanhamento ao Orçamento Participativo, teria sido interessante fazer um pequeno resumo da proposta apresentada. Estava só nome e por vezes isso era pouco elucidativo sobre o que se pretendia, até para as pessoas perceberem e em especial nos casos do “não”. -----

----- Sobre as outras ações relevantes mantinha aquilo que vinham a dizer, a falta de informação sobre algumas reuniões e repetição de eventos ou outros já mencionados noutros agrupamentos. No evento “Visita ao Ateneu” queria saber qual o propósito da visita, se integrada num rol de visitas programadas ou porque se previa alguma situação preocupante para a vida da instituição. -----

----- Quanto à informação financeira, voltava a pôr a questão de não ser dada uma informação do período a que se referiam as contas. Dizia-se que era um período de abril a 15 de junho mas nem sempre as contas conferiam com esse período e, portanto, era muito diferente analisar números de um mês, dois meses ou três meses. -----

----- Dizia-se que as receitas tinham um grau de execução de 50,01%, que apareciam por ordem de um saldo de gerência de 100% e uma rúbrica de rendimentos de propriedade de 135%, que não era um número relevante nas contas. As rúbricas relevantes com transferências correntes não atingiam os 50%. -----

----- Nas despesas havia uma data, “cabimentos a 30 de abril de 2016”. Perguntou se essas despesas eram só de um mês, com um grau de execução de 42,67%. Se fosse assim podia ser razoável, mas dois ou três meses era diferente. -----

----- Havia um pequeno erro na página 68, nas novas tecnologias, pessoal em tarefa ou avença, que devia ser 13,22% e não a percentagem que lá estava. -----

----- **Membro Beatriz Dias (BE)** disse que tinha recebido uma informação de que a CML estava a pensar construir um estacionamento vertical no cruzamento de várias ruas, entre as quais a Rua de Cardiff. Também existiria uma proposta de construção do jardim do caracol da Penha de França e que essa proposta fora apresentada no Orçamento Participativo da Câmara de Lisboa. -----

----- Dada a pouca disponibilidade de jardins e espaços verdes para a fruição dos fregueses da Penha de França e Arroios, era de todo o interesse que essa proposta fosse apoiada para criação de um jardim na Penha de França e, portanto, gostaria de saber mais relativamente a essa decisão da Câmara. Sabia de uma reunião que incluía a Presidente da Junta de Freguesia da Penha de França com a Presidente da Junta de Freguesia de Arroios e gostava de saber o estado da negociação, bem como se era de facto intenção da Câmara construir o estacionamento ou se contemplava a hipótese de construir ali um jardim. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** observou que, em relação à farmácia, estava escrito: “ações de sensibilização específicas para as crianças da escola básica nº 1 de Lisboa”. -----

----- Se tinha a letra pequena era porque não tinha leitura. No seu caso já usava dois pares de óculos e precisava de uma letra maior para uma leitura mais fácil. -----

----- Sobre a Comissão Social de Freguesia podia dizer que não conseguia descrever tudo. Parte da equipa estava a trabalhar nisso e estivera três meses a trabalhar noutras situações da Freguesia. Eram trabalhadores bastante efetivos e podia dizer que nos últimos três meses realizaram cinco reuniões entre os diversos grupos de trabalho, de modo a dar seguimento às iniciativas e atividades promovidas por cada grupo. Explicou que o site estava em reestruturação. -----

----- Quanto ao cartão “Mais Arroios”, nos últimos três meses havia um total de 220 atendimentos distribuídos pelos três pólos da Junta de Freguesia, englobando acompanhamentos sociais e foram deferidos 38 processos. -----

----- No banco alimentar tinham 179 utentes. No “Zero Desperdício” tinham 68 utentes. -----

----- O projeto “Nova Vida”, que era um projeto de saídas de rua semanal à quinta-feira, foram verificadas seis novas situações de pessoas que se encontravam sem abrigo na Freguesia de Arroios. Era um trabalho feito entre a Junta de Freguesia, o Centro Paroquial e uma outra associação. -----

----- Em relação à Academia Sénior, o Programa de Envelhecimento Ativo e Saudável tinha inscritas 111 pessoas que frequentavam um total de 23 disciplinas disponibilizadas pela Academia. -----

----- No “Arroios Consigo” tinha-se realizado uma média de 165 serviços de transporte por mês e a nível de beneficiários do serviço contabilizaram-se 23 utentes por mês. -----

----- Na Acupuntura Urbana em fogos municipais foram realizadas duas intervenções em casas de utentes e uma prevista não fora realizada porque a pessoa ia para uma nova casa da Câmara. -----

----- No voluntariado tinham 67 pessoas inscritas e no âmbito do “Arroios Arranja” realizaram-se seis pequenas intervenções em casa de utentes. Essa era uma das situações que levavam à parte para informar. -----

----- Sobre a ação do agrupamento, Lisboa era um todo e viviam numa Freguesia que tinha seis Freguesias à volta, com quem trabalhavam. A Filipa de Lencastre fazia parte

de um agrupamento de escolas também pertencente à Freguesia de Arroios e fora um pedido dos jovens para perceber como funcionava a Freguesia. Tinham feito um projeto para mostrar aos colegas. -----

----- O dia-a-dia da Junta não se compadecia com estarem a fazer relatório sobre relatório, mas eles tinham visto os pelouros todos, viram quem estava a trabalhar, o que se fazia. Andaram um dia com elas e não era a passear para mostrar, era para elas apresentarem no projeto o que era uma Freguesia no seu todo, porque a maior parte das pessoas não sabia que atualmente uma freguesia era uma câmara municipal. -----

----- Tinham até filmado para elas levarem para a escola o que se estava a fazer e para mostrarem aos colegas o que era atualmente uma Freguesia. -----

----- A visita ao Ateneu tinha sido uma visita da Sétima Comissão na base de algumas queixas em relação a comerciantes e não só que estavam instalados no Ateneu, algumas queixas também do Filipe la Feria sobre o barulho que esses bares faziam. Ainda nesse dia tinha recebido mais uma queixa dele, que mandara imediatamente para a Câmara, sobre os bares no Ateneu que faziam bastante barulho para a comunidade e até com problemas de alguma agressão por vezes. A comissão tinha estado com o auditor do Ateneu a explicar o que se passava. Estava um processo a decorrer e enquanto não estivesse resolvido nada se podia fazer, enquanto a justiça não acelerasse o processo. --

----- Era nesse âmbito a visita da Sétima Comissão e tinha sido convidada como Presidente da Junta de Freguesia. Havia um relatório público que estava na Assembleia Municipal e estavam lá membros de todos os partidos. -----

----- Quanto aos pisos antiderrapantes, era a Câmara Municipal que tinha de colocar. A Junta tinha pedido à Câmara para fazer e estava à espera que lhes passassem um PDC, mas os pisos foram vistos pelo João Veríssimo com o Arquiteto que trabalhava na área da mobilidade. -----

----- Explicou que a Junta não podia fazer abate de árvores e certamente todos teriam consciência disso. A única coisa que a Junta podia fazer eram podas. Ao princípio passaram para a Junta a situação de fazer abates. Os abates que se fizeram não era porque tivessem embirrado com as árvores, tinham sido feitos por técnicos que já tinham relatórios com três e quatro anos. -----

----- A empresa que trabalhava com a Junta e que ia da Câmara já tinha feito relatórios para a Câmara, tendo até muitas das árvores já caído por não ter sido feito nada por quem de direito. Felizmente que nunca matara ninguém, mas iam pagar algumas despesas com situações de estragos, apesar de não terem que pagar. Não fazia parte da Lei que fosse a Junta a pagar isso, por vezes era só uma questão de consciência. -----

----- Como se via no relatório, também estava explicado que se assinalaram árvores para a Câmara Municipal. Esperava que não caíssem sobre ninguém. -----

----- O que entristecia era as entidades acharem que a Junta de Freguesia era menor em relação à Câmara. A Junta tinha a mesma capacidade, tinha a mesma segurança porque tinha as mesmas empresas e podia dizer que a empresa com quem trabalhavam defendia muito bem as árvores. Era uma engenheira muito atenta a esse trabalho e que já trabalhava para a Câmara Municipal, não era por trabalhar para a Junta que passava a ser incompetente, mas havia grupos e grupos, havia lobbys e lobbys e parecia que as Juntas eram incompetentes para o efeito. -----

----- Sobre o apoio, ele era eventual. Da próxima vez não poriam que era para não incomodar ninguém, mas era um apoio eventual de emprestar a carrinha para os transportar desde o aeroporto até à Freguesia e vice-versa. -----

----- Não podia estar tudo muito especificado, tinha visto as reuniões do Senhor Presidente da Câmara e se tivesse que justificar tudo o que dizia no relatório estavam uma noite inteira a ouvi-lo. -----

----- No Executivo conheciam bem a Freguesia e o trabalho que faziam, acompanhavam muito bem todos os serviços oficiais. -----

----- Respondendo à Membro Beatriz Dias, disse que não tinha conhecimento e que era estranha a questão de um estacionamento vertical. Que tivesse conhecimento, não havia nenhum estacionamento vertical. A Junta andava a sensibilizar a Câmara e a EMEL para haver estacionamentos e para a Câmara comprar na Rua Angra do Heroísmo. Andavam a ver outros estacionamentos por exemplo junto ao pólo dos Anjos entre a Damasceno Monteiro e a esquina da Rua Maria, também se andava a tentar que a Câmara comprasse e tinha-se falado com o Doutor António Furtado. -----

----- Achava muito estranho que houvesse uma situação e que a própria Câmara não perguntasse e não chamasse a Junta para essas reuniões. -----

----- Referiu que o jardim do Caracol era uma lixeira com 40 anos e achava engraçado que durante todo esse tempo ninguém se preocupara com a lixeira. Ao entrar como Presidente da Junta de Freguesia tinha havido uma senhora da Penha de França que a convidara a ir ver a lixeira, por isso conhecia muito bem o que lá estava. Por vezes era triste as pessoas falarem sem saberem. -----

----- Estavam lá situações bastante degradantes, com ratazanas, onde nem se conseguia andar. Havia edifícios ocupados indevidamente, até por uma escola particular e nunca se fizera nada. Atualmente havia um projeto, que vira e achava bem feito e como as pessoas estavam sempre a pedir algum estacionamento a parte de cima da encosta mantinha-se toda, pela Cidade de Cardiff haveria uma creche, continuava todo o espaço verde e mais de trinta carros, com um quiosque. -----

----- Unia os dois territórios através de um terreno quase até à Almirante Reis, dividindo a parte pertencente à Penha de França. Não queria dizer que não pudessem todos passear no jardim, que seria um sítio de passeio e de lazer. Na parte de baixo haveria um parque infantil e mantinha-se a maior parte das árvores. -----

----- Já tinha começado a limpeza e a Junta chamara à atenção para uma peça industrial antiga, uma serra manual da serração na altura, mas já não fora a tempo. -----

----- Toda a encosta se iria manter, conhecia o projeto e esperava que brevemente fosse aberto ao público, porque durante 40 anos ninguém lá entrava. Tinham sido os próprios fregueses da Cidade de Cardiff na altura a pedir ajuda. -----

----- Disse que a Junta de Freguesia estava bem informada, não podia era pôr tudo no relatório. -----

----- **O Vogal do Executivo João Veríssimo** esclareceu que a substituição da calçada era uma questão que lhe era cara e também aos Membros do PCP, que muito perguntavam e queriam saber como alterar a situação, que era uma situação de risco e que atentava contra a mobilidade. Já todos os presentes tinham caído ou iam caindo. ---

----- A calçada desgastava-se e tornava-se irregular por força, por exemplo, das raízes das árvores ou devido a carros que paravam em cima da calçada, ou até pela erosão simples, tornando-se polida e extremamente perigosa. A sua alteração era perfeitamente possível, passá-la para antiderrapante com a introdução de uma percentagem de cubos em granito. -----

----- Era uma iniciativa muito onerosa. Uma coisa era taparem-se buracos, uns bem tapados e outros nem tanto mas a equipa fazia o que podia com os meios que tinha, outra coisa era pegar em áreas já apreciáveis de calçada e alterar com reaproveitamento sempre que possível dos cubos existentes, trabalhando, recompactando, introduzindo as argamassas que eram necessárias a uma boa calçada. Isso tinha sido apresentado por si e tendo o *agrément* de todo o Executivo, vinte ou trinta localizações mais perigosas de calçada, passíveis de se traduzirem em incidentes com os fregueses. -----

----- Os locais implicavam um orçamento elevado e era objetivo da Junta tentar imputar esse tipo de custos ao Município. Poderiam facilmente criar uma rubrica orçamental de 100 ou 200 mil euros para isso, mas tinham herdado do Município um conjunto de artérias em muito mau estado.-----

----- Tinha sabido pouco tempo antes através da Senhora Presidente de um protocolo de delegação de competências em tudo similar ao ponto 8 da presente Assembleia de Freguesia, para isso ser feito. Eram cerca de 150 mil euros que iriam aplicar assim que fosse possível celebrar esse protocolo nas devidas instâncias. Não tinha levado a lista, mas podia enviar depois aos Membros da Assembleia que quisessem.-----

----- Na fase inicial era o pegar na Carta Municipal de Acessibilidades, que tinha as vias mais inclinadas e onde havia mais acidentes, que na Freguesia correspondiam a problemas crónicos, e aplicar essa fórmula. Aguardavam que o Município formalizasse esse protocolo e depois levariam à Assembleia, que esperava o mais brevemente possível.-----

----- **A Senhora Presidente da Junta** referiu que em princípio esses protocolos iriam à Câmara no dia 13 de julho. Era a informação que tinha.-----

----- **O Tesoureiro da Junta, António Bacalhau**, relativamente à informação financeira, disse que de facto era uma falha a ausência da data. Referia-se desde o início do ano a 30 de abril.-----

----- **Ponto 5 - Análise, discussão e ratificação da Tabela de Taxas do Projeto de Campos de Férias:**-----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que após uma reunião com algumas pessoas, incluindo a Membro Fernanda Lacerda, tinham pensado um pouco e como era o primeiro ano resolveram e aprovaram baixar os valores em dez euros. Havia um documento para todas as famílias, “Arroios Praia/Campo”, com as especificações do que pagavam ou não pagavam.-----

----- Referiu que o custo com cada criança à Freguesia era no mínimo 200 euros, fora um grupo de trabalho que havia na Junta com um trabalho exaustivo, com grande segurança. Eram 567 crianças que iam à praia, mais 84 inscrições do que em 2015, mais dois autocarros e mais 20 monitores.-----

----- Comunicava-se a todos os pais quando um autocarro chegava atrasado e era uma ação de grande responsabilidade levar crianças à praia e campo. Eles tinham ido também ao complexo aquático de Santarém e ao Parque dos Monges em Alcobaça, iam ao Museu do Dinheiro, ao Museu dos Coches, ao Museu Nacional de Arte Antiga, à Quinta Municipal do Sobralinho, à Coleção Berardo, ao Moinho da Maré de Corroios, ao Museu de São Roque, à piscina de Arroios para diversas atividades aquáticas. Faziam gincanas, tinham dinâmicas de grupo, atividades desportivas, descobrir a banda desenhada. Isso estava no trabalho que era feito com as equipas e com a formação.-----

----- O que eles tinham gostado mais era do complexo aquático de Santarém e o Parque dos Monges em Alcobaça.-----

----- Resolvera-se reduzir a taxa em dez euros em cada situação e havia cerca de 70 crianças que iam completamente gratuitas, sendo que a maioria pagava dez euros, outras pagavam cinquenta e outras ainda pagavam trinta euros. Havia 567 crianças a fazer o Praia/Campo em Arroios.-----

----- **O Vogal do Executivo Fernando Ricardo** esclareceu que não se tratava de uma proposta de discussão e aprovação, mas de ratificação, na medida em que esses valores mais baixos já tinham sido cobrados às crianças participantes nessas atividades.-----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que valorizava todo esse trabalho que a Junta fazia e era isso mesmo que se pretendia. O papel de uma Junta ao serviço do povo tinha essas ações e outras que se destinavam aos seus fregueses, à sua população. Sentia

orgulho que realmente assim fosse, mas percebia-se que tudo isso era de grande responsabilidade, tinha custos elevados. O que se pretendia era que fossem sempre melhores essas ações e, como dizia a anterior proposta, que fossem para todos, que fosse possível o maior número de crianças terem acesso.-----

----- O PCP mantinha a sua posição de ser gratuito, como era em anos anteriores. No entanto, não podia deixar de se congratular pelo retrocesso do Executivo perante os valores que anteriormente foram aprovados. Indiciava que o Executivo da Junta tinha seguido a sugestão de alguns Membros da Assembleia de Freguesia, nomeadamente do PCP, que analisaram e apresentaram outros valores. -----

----- Voltava a dizer que o PCP mantinha a sua posição sobre o assunto e pretendia que o projeto Praia/Campo voltasse a ser gratuito, como era nos anos anteriores. -----

----- Entretanto havia outra coisa que gostaria de sublinhar, era que a proposta não estava bem redigida e isso acontecia muitas vezes, nomeadamente quando se referia na alínea a) que “foi aprovada em Assembleia a 28 de abril”. Parecia-lhe que não tinha sido bem assim, era 21 de abril. -----

----- Na alínea b) dizia: “A Junta de Freguesia de Arroios entendeu que, face à atual conjuntura socio-económica, tais taxas devem ser reduzidas para metade, não obstante os custos que implicam para a Junta serem substancialmente superiores às taxas aprovadas”. Se depois analisassem a tabela em anexo, elas não tinham sido reduzidas para metade. O primeiro escalão tinha sido reduzido para metade, mas os escalões seguintes tiveram uma redução de 16,7% e 12,5% e a última nem redução tivera. Essa redação da proposta não estava muito correta.-----

----- Como já dissera, os Membros do PCP valorizavam todo esse esforço, percebiam que era uma atividade de grande responsabilidade, com grande empenho do Executivo da Junta, congratulavam-se por terem sido reduzidos os preços, mas iriam manter o voto contra porque queriam que esses valores passassem a ser gratuitos. Tinham esperança que no próximo ano os valores fossem reduzidos e atingissem o valor zero. -----

----- **Membro Vitor Carvalho (PS)** disse que obviamente o PS iria votar favoravelmente a proposta. Na última Assembleia referira a razão pela qual entendia não dever ser gratuito, discordando da opinião do PCP. -----

----- De facto a Assembleia de Freguesia tinha sido no dia 21 de abril e não no dia 28. -

----- A Senhora Presidente da Junta já tivera oportunidade de dizer que havia uma redução de dez euros em cada uma das taxas, apesar de na proposta estar referida uma redução a metade. Apenas no primeiro escalão se verificara a redução para metade, mas a Senhora Presidente tinha referido a descida de dez euros em relação à primeira proposta.-----

----- O Executivo podia ter ponderado logo na primeira vez que levara essa questão à discussão, em abril, que essa redução se tivesse logo verificado. Não tinha havido um retrocesso relativamente à primeira proposta, havia uma reanálise do Executivo também em função dos vários comentários feitos pelos Membros da Assembleia, nomeadamente do PCP. Obviamente que o PS concordava com a redução e iria votar favoravelmente a proposta.-----

----- **Membro Beatriz Dias (BE)** disse que também tinha algumas correções, mas acompanhavam aquelas que tinham sido apresentadas e por isso abstinha-se de as fazer.

----- Iria votar contra a proposta, apesar de estar bastante satisfeita com a evolução que o Executivo apresentava, o facto de ter considerado os argumentos do BE e do PCP apresentados na Assembleia de 21 de abril. Apesar de ter acolhido as propostas, as prioridades eram questões políticas e mesmo uma atividade onerosa, com muita responsabilidade, era uma escolha política fazê-la gratuitamente para os fregueses. -----

----- Era um investimento nos jovens da Freguesia em educação e cultura, que levaria grande vantagem para o País no futuro. Eram as prioridades que escolhia e as escolhas políticas podiam ser decididas politicamente, podiam decidir politicamente fazer de forma gratuita para os jovens da Freguesia. Era isso que gostava que tivesse acontecido e por isso votaria contra, apesar de ficar bastante satisfeita que os argumentos tivessem eco e contribuíssem para uma mudança de posição bastante vantajosa. -----

----- **Membro João Grave (PSD)** disse que depois da última vez em que a proposta fora debatida sentir-se-ia, no lugar da Senhora Presidente da Junta, bastante constrangido em apresentar uma proposta que corrigia aquela que apresentara anteriormente. Portanto, seria muito fácil criticar e fazer oposição barata, mas pelo contrário, queria reconhecer a humildade de quem corrigia a mão, de quem ouvia contributos e de quem mudava de posição. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** esclareceu que não era gratuita por ser uma responsabilização das famílias. Pelos dados do ano anterior muita gente não tinha aparecido com as crianças, havia muitas pessoas a trabalhar e era um custo muito grande. -----

----- Havia mais 86 crianças a frequentar o Praia/Campo, pelo que certamente as famílias não teriam sido muito afetadas. As pessoas estavam muito contentes, mandavam cartas muito simpáticas e algumas até estranhavam não pagar nada. -----

----- Não custava nada dizer à Assembleia que o Executivo tinha pensado e resolver dar mais uma benesse. Não era para aumentar no ano seguinte, mas havia sempre a responsabilização das famílias. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **ratificação da Tabela de Taxas do Projeto de Campos de Férias**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 11 votos a favor de PS (9), PAN (1) e CDS-PP (1), 3 votos contra de PCP (2) e BE (1) e 5 abstenções de PSD. -----

----- **Ponto 6 – Apreciação e Votação da 2ª Revisão Orçamental 2016;** -----

----- **O Tesoureiro da Junta, António Bacalhau**, esclareceu que a segunda revisão surgia em virtude dos acordos com a CML relativamente a uma série de obras de melhoria.-----

----- Por outro lado, tinha havido receita prevista nas transferências para, por exemplo, participação da Câmara Municipal nas obras da piscina. O valor era superior ao que inicialmente estava definido e por isso a revisão, aumentando a receita e corrigindo alguma da despesa.-----

----- O grande valor que aparecia do lado da receita era o reforço de 348 mil euros, que em grande parte se referia à recuperação das escadarias; a questão do NAL, as suas obras de recuperação; no Mercado 31 de Janeiro continuavam a recuperar e a investir em novos equipamentos, uma nova câmara frigorífica; o mural no Paço da Rainha, que seria em breve apresentado o projeto, uma zona objeto de investimento no espaço público. --

----- Relativamente à receita representava um acréscimo de 456 mil euros no Orçamento, que com a proposta de revisão passava a ser de 6.318.000 euros. Reforçavam-se algumas rubricas de pessoal e outras relativamente à aquisição de serviços. Por exemplo em administração geral, assistência técnica, iriam abrir um pólo novo na Rua Passos Manuel ao nível da rua, permitindo melhor acessibilidade, uma loja onde teriam que fazer algumas obras. Tinha sido arrendada à Companhia de Seguros Fidelidade, a renda inicial era de 750 euros mas tinha-se feito uma negociação e ficara em 600 euros. -----

----- Na ação social havia um reforço de 37 mil euros relativamente aos monitores da Praia/Campo Infância e à contratação de um novo membro para trabalhar com a equipa

da ação social no projeto “Ponto de Contacto”, orientado para a comunidade estrangeira e em coordenação com a CML. -----

----- Na cultura tinham dois reforços, um na despesa corrente de 30 mil euros e outro de 60 mil euros. Tinha a ver com o Mercado das Culturas, um investimento em equipamento e na parte da despesa corrente era em todos os serviços com necessidade de contratar para montar e adaptar esse equipamento. -----

----- Na área do desporto havia um reforço de 64 mil euros. Iriam substituir o queimador, que já tinha alguns anos, e também os filtros. Era uma segunda fase que permitia também melhorar a eficiência energética, até porque a vida útil dos atuais equipamentos já estava ultrapassada e havia alguns problemas de manutenção. Com a instalação de novos equipamentos esse problema ficava colmatado. -----

----- Nos espaços verdes era um reforço de 30 mil euros para poda e replantação de árvores. -----

----- No espaço público e reabilitação urbana tinham uma diminuição de 130 mil euros que estava relacionada com o Largo do Leão. Havia um acordo com a CML no ano anterior para financiar essa obra em parte, mas não tinha acontecido e no corrente ano as obras iriam avançar e esse valor já não estava afeto a essa obra da Câmara Municipal. -

----- Havia o reforço nas escadarias, a obra arrancava no ano corrente e continuaria no próximo ano. -----

----- A proposta de alteração na despesa subdividia em 56% na despesa corrente e 44% em despesa de capital. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** explicou que o mural era nas duas lombas que estavam sempre grafitadas, era um projeto já com um ano feito pelas irmãs Almada e que tentariam inaugurar no dia 25 de novembro, no aniversário da rainha. -----

----- Era também um novo parque infantil na Rua da Estefânia, porque já tinham autorização do Hospital para utilizar um terreno em frente ao Hotel Neya. Não era bem só um parque infantil, era um parque pequeno para as famílias, para se poder ler, mantendo as árvores que lá estavam e assim reabilitavam o espaço. -----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que algumas coisas já tinham sido referidas e explicadas, mas gostaria de colocar a seguinte questão: -----

----- Nas despesas verificava-se nalgumas rubricas uma redução de valores, nomeadamente em titulares de órgãos de soberania, membros, num valor de 14.936 euros. No pessoal em funções, regime segurança social, redução de 16.394 euros. Entretanto, no pessoal em regime de tarefa havia aumentos, assim como um aumento em representação. -----

----- Perguntou qual era o aumento numa rubrica contabilidade 01.01.02.02.14.02 -----

----- Para a comunicação e marketing verificava-se um aumento de 17.800 euros. Era uma rubrica com valores bastante elevados e mais uma vez havia um aumento. -----

----- Nos serviços técnicos especializados, na 01.01 e na 02.03, na primeira havia um aumento de 5 mil euros e na segunda um aumento de 12 mil euros. -----

----- Tinha observado no mapa do PPI que na rubrica da Praça do Largo do Leão tinham desaparecido 120 mil euros. Teria a ver com as obras a serem feitas pela CML. -----

----- Mais à frente lia-se, no contrato de delegação de competências sobre as escadarias, que seriam transferidos da CML para a Junta 199848 euros. No entanto, no mapa PPI via-se “escadarias – 172635 euros” e “outros – 75800 euros”. Perguntou o que eram esses “outros”, se tinha entendido que as calçadas eram em “outros”. Não percebia a diferença nos números que apareciam no contrato e aquilo que aparecia no mapa do PPI. -----

----- **O Tesoureiro da Junta, António Bacalhau**, esclareceu que o valor total das escadarias era cerca de 200 mil euros mas não era transferido todo de uma vez, seria

uma parte no ano corrente e outra parte no próximo ano. Com a despesa acontecia o mesmo.-----

----- Relativamente à comunicação, em 2014 não tinham um Orçamento tão detalhado, em 2015 melhorara e o de 2016 era ainda mais detalhado. Portanto, não tinham qualquer problema em considerar que a comunicação e marketing fazia parte da estratégia de comunicar com a Freguesia e para fora da Freguesia. Os valores mais elevados referiam-se ao Jornal de Arroios e à AR Magazine. -----

----- Quanto à Segurança Social na administração geral, era uma revisão dos valores em função das taxas. Na altura tinha-se feito o valor um pouco por cima, até por causa dos procedimentos concursais, pessoas que iam entrar para o quadro. -----

----- Relativamente à contabilidade, com a implementação do novo sistema de gestão da Associação de Informática da Região Centro, que passaria a ser uma empresa de municípios, existia a necessidade de recuperar uma série de trabalho para acompanhar a implementação do sistema e nomeadamente a migração do património. O património de 2015 fora ainda no sistema anterior e teria que ser todo migrado para o novo sistema. O novo sistema solicitava mais informação e tinha mais detalhe. -----

----- As rubricas de “outros serviços” podiam ser sempre questionáveis. Eram despesas muito pequenas mas que no seu somatório acabavam por ter uma dimensão um pouco maior. Por exemplo nos 5 mil euros na administração geral em “outros serviços” entrava desde a Sociedade Portuguesa de Autores à ANAFRE, à Associação de Inquilinos, etc. Eram pequenos valores mas de muitas despesas que acabavam por não ter uma conta específica. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **2ª Revisão Orçamental 2016**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 10 votos a favor de PS (9) e PAN (1), 3 votos contra do PSD e 6 abstenções de PCP (2), BE (1), CDS-PP (1) PSD (2). -----

----- **Ponto 7 – Apreciação e Votação da 2ª Revisão do Plano Plurianual de Investimentos;**-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a **2ª Revisão do Plano Plurianual de Investimentos**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 10 votos a favor de PS (9) e PAN (1), 3 votos contra do PSD e 6 abstenções de PCP (2), BE (1), CDS-PP (1) PSD (2). ---

----- **Ponto 8 – Análise, discussão e ratificação do Contrato de Delegação de Competências;**-----

----- **O Vogal do Executivo João Veríssimo** referiu que esse ponto prendia-se com uma iniciativa que já levava à Assembleia, não na anterior sessão ordinária, mas ainda em dezembro de 2015. O que estavam a tratar era de uma iniciativa do Executivo em reabilitar um conjunto de escadarias que, à semelhança dos passeios, se receberam em muito mau estado. Algumas teriam estado séculos sem intervenção e havia registos de alguns incidentes, havendo sobretudo uma má imagem e que não agradava.-----

----- As primeiras três alíneas eram questões formais. O contrato de delegação de competências eras um contrato tipo que vinha a ser celebrado entre o Município de Lisboa e as várias Juntas de Freguesia e decorria daquilo que era o âmbito e objetivo da Lei 75/2013. Essa Lei viabilizava e flexibilizava esse tipo de ações, reforçando o poder das autarquias locais, e tratava também de corrigir alguns lapsos naquilo que eram assimetrias orçamentais entre umas Juntas e outras. -----

----- Através da Senhora Presidente da Junta tentava-se ir buscar cada vez mais meios e recursos financeiros ao Município e aos financiadores. -----

----- Em dezembro tinha elencado um conjunto de escadarias e no caso tratava-se das primeiras quatro, sendo que haveria mais umas dez. As quatro escadarias eram alvo de

substituição de pavimentos, de nivelamento de degraus, teriam a reabilitação de guardas e seriam dotadas de superfícies antiderrapantes, muito antiderrapantes junto às guardas e genericamente antiderrapantes em toda a sua extensão remanescente. -----

----- Tentava-se dignificar as áreas urbanas onde estavam localizadas e, quando necessário, fazia-se a replantação de árvores. Havia uma herança muito infeliz de caldeiras vazias, umas tapadas com calçada e outras com terra onde depositavam lixo, numa visão um pouco anárquica e que se queria controlar. -----

----- O protocolo iria transmitir à Junta 60% de uma primeira tranche, cerca de 200 mil euros, que depois se começaria a gerir e lançando as empreitadas. A segunda tranche seria sensivelmente a meio do processo de reabilitação. -----

----- As escadas eram na Rua Cidade de Manchester, Rua da Ilha do Pico e Calçada Nova do Colégio, eram as mais onerosas. Havia uma iniciativa piloto para a Calçada Conde de Pombeiro, que inicialmente nem estaria abrangida por esse mecanismo. -----

----- A discussão tinha sido grande no Executivo e a partir do momento em que havia mecanismos municipais para dotar de verba poderia ser visto como má gestão usar o dinheiro orçamental corrente para esse tipo de intervenção. Se a Câmara punha a verba à disposição, tinham era que a aproveitar e conseguir negociar. -----

----- A Rua Cidade de Manchester, Rua da Ilha do Pico e Calçada Nova do Colégio correspondiam a três áreas díspares na Freguesia e tentara-se não concentrar as intervenções. O objetivo era fazer a obra e melhorar a Freguesia. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Contrato de Delegação de Competências**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 18 votos a favor de PS (9), PSD (4), PCP (2), BE (1), PAN (1) e CDS-PP (1), e 1 abstenção do PSD. -----

----- **Ponto 9 – Análise, discussão e ratificação dos Protocolos de Cooperação, com as seguintes entidades;** -----

----- **a. Centro Social e Paroquial de São Jorge de Arroios (Repúblicas para pessoas em situação de sem abrigo);** -----

----- **b. Associação Arquivos dos Diários (AADD);** -----

----- **c. Movimento Português de Intervenção Artística e Educação pela Arte;** -----

----- **d. Associação dos Comerciantes de Lisboa.** -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** referiu que era uma habitação considerada república pelo Centro Paroquial e que a Junta resolvera apoiar. Elas próprias geriam a sua própria verba e acompanhadas pelas equipas. Eram pessoas que iam da rua e tinham que ser acompanhadas até à sua reintegração total, até não precisarem de viver na república e terem o seu vencimento. Havia despesas que tinham de gerir e tinham de gerir também a casa na limpeza, higiene, etc., apesar de estarem acompanhadas e não serem atiradas para a casa sem nenhum acompanhamento. -----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que a proposta era feita para os quatro protocolos e estava assim apresentada. Portanto, parecia-lhe que votação deveria ser em conjunto dos quatro protocolos. -----

----- Em conformidade com o número 1 do artigo 9º da Lei 75/2013 a Assembleia de Freguesia tinha que autorizar a celebração de protocolos com instituições públicas, particulares e cooperativas. Assim sendo, e porque o Executivo já tinha três anos a exercer funções, tinham que ter atenção ao procedimento acima referido, evitando que fossem à Assembleia para ratificação protocolos datados de 2014 e 2015. Dos quatro protocolos, só o do Centro Paroquial de São Jorge de Arroios era datado de 2016. -----

----- Não se punha em causa os protocolos e o PCP iria votar a favor, mas não se devia ter como premissa que eles eram sempre votados favoravelmente. Um dia podiam não ser e seria muito lesivo para o Executivo. -----

----- No primeiro ano estavam a ver como se faziam as coisas, mas já iam no terceiro ano e deviam ter em atenção as datas para que nunca houvesse um aborrecimento, nomeadamente para o Executivo.-----

----- **Membro Beatriz Dias (BE)** disse que não percebia se a proposta se destinava à república em funcionamento ou a outra república nova.-----

----- Também tinha uma dúvida na cláusula 7ª, ponto 1, alínea d), “reunir mensalmente com o conselho da república”. Perguntou qual era a composição do conselho da república e quais as funções que desempenhava dentro dessa organização.-----

----- Relativamente ao contrato de cedência de utilização que era celebrado com o Movimento Português de Intervenção Artística e Educação Pela Arte, dizia-se que esse utilizador deveria desenvolver gratuitamente ou a preços reduzidos atividade a favor da população da Freguesia. Perguntou em que consistiam esses preços reduzidos, se havia uma tabela de taxas e quais eram as taxas aplicadas.-----

----- Não tinha compreendido bem se essa cedência implicava algum pagamento relativamente à entidade que celebrava com a Junta ou se era a título gratuito durante um ano, por aquilo que depreendia das cláusulas de utilização.-----

----- **A Senhora Presidente da Junta** esclareceu que era relativo à primeira república. Era impensável parar os apoios e parar os projetos só porque não ia à Assembleia que era feita de três em três meses.-----

----- Uma das coisas que estavam a tentar era que houvesse diversas repúblicas em outras Freguesias. Não iam criar ali um gueto de sem-abrigo, iam simplesmente apoiar as pessoas nos locais e era isso que mais interessava.-----

----- Quanto aos conselhos das repúblicas, era uma situação feita com o Centro Paroquial, com uma pessoa da Junta de Freguesia e dois técnicos. Não iam a casa das pessoas diariamente, mas iam semanalmente três vezes e tinham sempre o contacto direto em caso de urgência.-----

----- Sobre o Movimento Português de Intervenção Artística e Educação Pela Arte, tinha pena que não tivessem visto no fim de ano, no Lisboa Ginásio, em que apresentaram uma opereta lindíssima.-----

----- Além do projeto com essas crianças havia outro que se queria alargar, com o apoio da CML, com o Foco Musical.-----

----- As crianças estavam a ter muito mais apoios nas escolas todas e o trabalho que se fazia com a Junta de Freguesia era gratuito.-----

----- Tinham que começar por algum lado e podia dizer que era maravilhoso o trabalho feito de intervenção com os professores e com os alunos. A Escola da Pena era das escolas mais aguerridas em trabalho feito diariamente com as crianças, uma escola pequena mas com grande calor humano e com grande envolvimento de todas as equipas.-----

----- **O Vogal do Executivo Fernando Ricardo** referiu, quanto à competência da Junta de Freguesia em matéria de protocolos, que reconhecia à luz do artigo 9º, número 1, alínea i) da Lei 75/2013, era competência da Assembleia para nomeadamente autorizar a celebração de protocolos com instituições públicas, particulares, cooperativas, que desenvolvessem a sua atividade na circunscrição territorial da Freguesia. No segundo ano de atividade não tinham bem presentes as implicações dessa norma, porque a Junta também tinha competências em matéria de apoios a organismos que também atuavam na circunscrição territorial.-----

----- A Junta teria competência em matéria de apoios pontuais, mas os apoios já enquadrados em protocolos e com carácter sistemático tinham de facto que ser aprovados pela Assembleia de Freguesia. Tinham essa consciência plena e obviamente que iriam seguir com essa orientação, mas relativamente a esses protocolos já existentes solicitava-se a ratificação dos mesmos pela Assembleia.-----

----- **Membro Beatriz Dias (BE)** disse que a república que estavam a ratificar nesse protocolo já tinha sido apresentada na Assembleia de Freguesia de 21 de abril. Nessa altura podia ter surgido o protocolo. -----

----- Não se pretendia que os projetos parassem ou não tivessem seguimento, não era dificultar a ação na Freguesia e a concretização de projetos que se consideravam de grande valor, mas parecia-lhe que poderia ter sido feito de outra forma, uma vez que isso tinha sido discutido em 21 de abril. -----

----- **Membro João Grave (PSD)** solicitou, uma vez que a proposta era uma só e que os protocolos, quer quanto às entidades contratantes, quer quanto ao seu conteúdo concreto eram manifestamente diferentes uns dos outros, que a votação da proposta fosse feita ponto a ponto.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Protocolo a. - Centro Social e Paroquial de São Jorge de Arroios**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 16 votos a favor de PS (9), PCP (2), BE (1), CDS-PP (1), PAN (1) PSD (2) e 3 abstenções do PSD. -----

----- Submeteu à votação o **Protocolo b. - Associação Arquivos dos Diários (AADD)**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 13 votos a favor de PS (9), PCP (2), BE (1) e PAN (1), e 6 abstenções de PSD (5) e CDS-PP (1). -----

----- Submeteu à votação o **Protocolo c. - Movimento Português de Intervenção Artística e Educação pela Arte**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 13 votos a favor de PS (9), PCP (2), BE (1) e PAN (1), e 6 abstenções de PSD (5) e CDS-PP (1).-----

----- Submeteu à votação o **Protocolo d. – Associação dos Comerciantes de Lisboa**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 13 votos a favor de PS (9), PCP (2), BE (1) e PAN (1), e 6 abstenções de PSD (5) e CDS-PP (1). -----

----- **Ponto 10 – Aceitação de Doações à Junta pelas seguintes entidades:**-----

----- **a. Consultores Comunicação, Lda.:**-----

----- **b. Gabinete de Lisboa “Encruzilhada do Mundo”, Câmara Municipal de Lisboa:**-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a **Aceitação de Doações à Junta**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**. -----

----- **Ponto 11 – Nomeação de auditor externo responsável pela certificação legal de contas nos termos do artº. 77 da Lei 73/2013;**-----

----- **O Tesoureiro da Junta, António Bacalhau**, referiu que a proposta tinha duas incorreções pelas quais pedia desculpa. Na alínea a) dizia “lançamento do concurso público” e não era isso que se fizera mas sim uma consulta ao mercado. Foram consultadas cinco empresas, das quais três responderam com proposta, levadas à reunião do Executivo de dia 18, conforme documento anexo, e não no dia 21. -----

----- Era a contratação do Revisor Oficial de Contas, que a Lei obrigava a Junta de Freguesia a ter um ROC. -----

----- Por uma questão de transparência pedia-se nas propostas que a auditoria fosse efetuada também aos anos já fechados, 2014 e 2015, estando a decorrer 2016. Os auditores já foram à Junta por diversas vezes para consultar documentos e falar com as pessoas, estavam a fazer o seu trabalho de preparação. -----

----- Não sabia se a Assembleia de Freguesia aceitava essas alterações à proposta e, se sim, propunha a votação em ata em minuta. -----

----- Era a empresa que fazia também a auditoria à CML, mas não era esse o principal motivo. Era a proposta mais completa e acima de tudo porque tinha como *partner* o Presidente da Comissão da Normalização Contabilística para a Administração Pública.

----- Existiam dois sistemas contabilísticos, o público e o privado. O privado em 2009 migrara para um sistema nacional contabilístico, em linha com as normas internacionais. A administração local ainda refletia o POCAL no Plano Oficial de Contabilidade, seria feita a transição e parecia que o Doutor António Gonçalves Monteiro seria uma mais valia para a Junta de Freguesia de Arroios. -----

----- **A Secretária da Junta, Ana Santos** disse que a proposta era de dia 18 mas a reunião era de dia 21, porque as propostas para a reunião de Executivo iam pelo menos dois dias antes. A diferença era só essa. -----

----- **Membro Beatriz Dias (BE)** disse que tinha algumas dúvidas em relação à modalidade escolhida para esse concurso. O lançamento de concurso era por ajuste direto e foram consultadas algumas empresas que depois apresentaram propostas e considerava que essa modalidade concursal criava um viés na capacidade de outras empresas participarem em concursos públicos. Já o manifestara várias vezes em outras Assembleias de Freguesia e continuava a ter essa opinião. -----

----- Gostava de saber quais eram os critérios na seleção das empresas consultadas e a razão de se ter escolhido essa modalidade de empresas consultadas e não um concurso público em que outras empresas, trabalhassem ou não com a Câmara, pudessem concorrer em igualdade de direitos e oportunidades. -----

----- **Membro João Grave (PSD)** disse que admitia haver um lapso da própria proposta, uma vez que ela mencionava terem sido realizados convites a cinco entidades mas nem sequer dizia a quais e muito menos quais as propostas recebidas. -----

----- Também admitia que tivesse sido um lapso na exposição porque entendera, com certeza erradamente, que o critério de seleção era o currículo do *partner*. Não era certamente só esse e teria sido informado previamente no âmbito da consulta. Portanto, havia só uma correção em relação à exposição efetivada. -----

----- **O Tesoureiro da Junta, António Bacalhau**, esclareceu que não era o único critério. Duas das propostas estavam em linha com o preço, a diferença andava à volta dos 300 euros, mas a informação era pública e podia ser consultada na Junta. Uma tinha um valor até muito mais baixo mas a proposta não era tão completa. -----

----- O Código da Contratação Pública previa o limite a partir do qual seria necessário concurso público, com tudo o que o concurso público exigia. A consulta ao mercado era um dos mecanismos que o Código da Contratação Pública permitia, pedir várias propostas e definir critérios. O ajuste direto tinha sido a opção decidida para essa contratação. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Nomeação de auditor externo responsável pela certificação legal de contas**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 12 votos a favor de PS (9), PCP (2), e PAN (1) e 7 votos contra de PSD (5), BE (1) e CDS-PP (1).

----- **Ponto 12 – Análise, discussão e votação da alteração ao regulamento do Orçamento Participativo.** -----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que era uma pequena alteração ao artigo 9º, número 1. Pertencia à Comissão de Acompanhamento ao Orçamento Participativo e não se lembrava, por não ter ido a uma reunião anterior, de ter havido qualquer coisa sobre essa alteração. Na última Assembleia tinham aprovado uma alteração com determinados requisitos. -----

----- Outra questão era porque a alteração tinha a ver com substituição do NIF pelo cartão de cidadão e gostaria de saber a razão e se por acaso estaria contemplada a situação de pessoas sem cartão de cidadão e que ainda mantinham o bilhete de identidade. Não sabia se em termos informáticos isso seria o mesmo. -----

----- Por outro lado, o número de telemóvel, não sabia se os campos eram obrigatórios. Havia pessoas que não usavam telemóvel e outras se calhar não queriam dar o número.-

----- Punha essas questões porque não tinha estado na última reunião e o que fora aprovado na anterior Assembleia não eram esses requisitos.-----

----- **Membro Beatriz Dias (BE)** disse que também fazia parte da Comissão de Acompanhamento ao Orçamento Participativo e na reunião em que participara, onde votaram a modalidade de participação, tinha sido proposto e aprovado que seria pelo número de contribuinte porque era uma forma mais inclusiva de participação. -----

----- Todos os cidadãos que viviam em Portugal, fossem nacionais ou não, tinham número de contribuinte e isso permitia a participação de todos. Se estavam numa Freguesia com múltiplas nacionalidades, mudar essa forma de participação para o bilhete de identidade ou cartão de cidadão iria excluir um grande número de pessoas que ali residiam, trabalhavam e que provavelmente gostariam de intervir no Orçamento Participativo.-----

----- O Orçamento Participativo, na sua visão, era um momento de cidadania plena, um momento em que todos eram incluídos. Havia diversos momentos eletivos ou de participação em que os imigrantes não o podiam fazer por não terem cidadania portuguesa. Portanto, voltar a criar mecanismos que restringiam a participação de todos parecia errado e deviam escolher alternativas que não o cartão de cidadão, de modo a precisamente permitir a participação de todos. Talvez o recurso ao telemóvel ou outra medida que permitisse a todos participarem.-----

----- Lamentava não ter estado na reunião do Orçamento Participativo em que isso tinha sido discutido, mas não concordava com essa alteração.-----

----- **A Secretária da Junta, Ana Santos** explicou que não tinha havido reunião nenhuma, mas sim uma indicação que tinham recebido, por questões de segurança e para que não houvesse impugnação ou problemas no futuro, de que era mais correto utilizar esses pedidos e não o NIF. Tinha sido quase em cima do acontecimento, porque já estava tudo preparado. Lamentava que não tivesse havido hipótese de reunir, mas puseram-lhe a questão e tentara saber junto do gabinete jurídico, tendo obtido a informação de que a confidencialidade dos dados era garantida e que só seriam utilizados para aquele fim e neutralizados.-----

----- Poderia depois saber mais em pormenor, mas tinham que agir, era daquelas coisas que não podiam esperar. Estaria do lado da Assembleia aprovar ou não. -----

----- **Membro João Grave (PSD)** disse que embora compreendendo a Membro Beatriz Dias e querendo que fosse o mais inclusivo e abrangente possível, desde o início que colocava as questões da segurança. Era um instrumento de participação direta, de democracia direta, e não podia ficar de alguma forma manchado por uma eventual fraude ou irregularidade.-----

----- A preocupação da segurança devia prevalecer sobre a preocupação da inclusão se ambas não fossem conciliáveis. Sugeria que se encontrassem formas de presencialmente obviar a essa questão, se houvesse forma de não à distância mas presencialmente obviar a essa questão seria uma forma de mitigar os efeitos “exclusivos” que essa alteração tinha. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** submeteu à votação a **Ata em minuta relativa à deliberação do ponto 11**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**.-----

----- Seguidamente, submeteu à votação a **alteração ao regulamento do Orçamento Participativo**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 10 votos a favor de PS (9) e PAN (1), 3 votos contra de PCP (2) e BE (1) e 6 abstenções de PSD (5) e CDS-PP (1).-----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** fez a seguinte declaração de voto:-----  
----- “Nós votámos contra porque a situação que a Beatriz pôs é importante e também o não ter uma explicação para a alteração do NIF para cartão de cidadão levou-nos a mudar o nosso sentido de voto, que seria de abstenção, para contra. Não foi bem explicado o porquê.”-----  
----- Seguidamente a **Senhora Presidente da Assembleia** deu por encerrada a reunião, eram vinte e três horas e quarenta minutos. -----  
----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. -----  
1°.SECRETÁRIO\_\_\_\_\_2°.SECRETÁRIO\_\_\_\_\_  
----- PRESIDENTE-----